



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE OUTUBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural (Bianchi de Aguiar) deu resposta à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Gonçalo Breda Marques (PSD) sobre a Mata Nacional do Buçaco, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes) e Antero Gaspar (PS).

A pergunta «Perante a extinção da Rede Nacional de Ciência e Tecnologia, incluindo o Observatório da Ciência e Tecnologia (essencial para produzir uma monitorização credível), e a perda de autonomia dos organismos responsáveis pela internacionalização da comunidade científica portuguesa, que medidas alternativas pretende o Ministério da Ciência e do Ensino Superior implementar para assegurar a sobrevivência da investigação científica em Portugal?», formulada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs. Deputados Diogo Vasconcelos (PSD), Augusto Santos Silva (PS), Isabel Castro (Os Verdes) e Luisa Mesquita (PCP), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaz).

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), sobre o rio Bestança, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Miguel Ginestal (PS), Maria Eulália Teixeira (PSD) e Isabel Castro (Os Verdes).

A pergunta formulada pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP), sobre a introdução da educação sexual nas escolas e a aplicação da Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Pedro Duarte (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS), João Teixeira Lopes (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Isabel Castro (Os Verdes), respondeu a Sr.^a Secretária de Estado da Educação (Mariana Cascais), tendo, no fim, prestado esclarecimentos relativamente às interpelações feitas pelos

Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Maria de Belém Ro-seira (PS) e João Teixeira Lopes (BE).

O Sr. Deputado João Rui de Almeida (PS) interpelou a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública (Suzana Toscano), sobre a Loja do Cidadão de Coimbra — previsão da entrada em funcionamento dos serviços que integra —, que também prestou esclarecimentos adicionais ao interpelante e aos Srs. Deputados Miguel Coleta (PSD), José Miguel Medeiros (PS) e João Teixeira Lopes (BE).

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Francisco Seabra) foi questionado pelo Sr. Deputado Aires de Carvalho (PS), sobre a renovação da frota que assegura a ligação fluvial entre Lisboa e Barreiro, tendo, depois, respondido aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelo mesmo Sr. Deputado e pelos Srs. Deputados Bruno Vitorino (PSD), Bruno Dias (PCP) e Heloisa Apolónia (Os Verdes).

Este membro do Governo deu ainda resposta à questão colocada pela Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes), sobre quais as medidas que serão adoptadas para promover o uso de transportes colectivos, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pela interpelante e pelos Srs. Deputados Fernando Pedro Moutinho (PSD), Ascenso Simões (PS) e Bruno Dias (PCP).

Por último, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (Luís Pais de Sousa) respondeu à pergunta feita pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho (PSD), sobre o quartel dos bombeiros de Vila Franca de Xira, e aos pedidos de esclarecimento adicionais do mesmo Sr. Deputado e dos Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), Vitalino Canas (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

A Câmara aprovou ainda um parecer da Comissão de Ética autorizando um Deputado do PS a prestar depoimento por escrito, como testemunha, em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gustavo de Sousa Duarte
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luis Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus

Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda

Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragozo Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje é preenchida com perguntas ao Governo. Todos

conhecem as regras regimentais sobre a matéria e, portanto, não vale a pena estar a repeti-las.

A primeira pergunta, sobre a Mata Nacional do Buçaco, será formulada pelo Sr. Deputado Gonçalo Breda Marques, do Grupo Parlamentar do PSD, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Breda Marques, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Gonçalo Breda Marques (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, a Mata Nacional do Buçaco está situada no concelho da Mealhada, distrito de Aveiro, e integra um importantíssimo património paisagístico, botânico, arquitectónico, histórico, religioso e militar de valor incalculável.

Esta mata tem sofrido sucessivos períodos, ora de glória, ora de decadência, e se houve um período em que existiram preocupações na gestão do património edificado e natural, hoje, e de há alguns anos para cá, a mata está abandonada e o património a degradar-se acentuadamente.

Para exemplificar esta falta de atenção, saliento que a mesma não tem vigilância, não tem um plano de emergência em caso de incêndio, não possui meios técnicos e humanos próprios e toda a estrutura de prevenção e combate a incêndios que estava organizada foi eliminada. Assistimos a uma degradação alarmante do património vegetal e reparamos que o Buçaco é a maior reserva dendrológica da Europa e, nos últimos anos, deixou de se enriquecer esta enorme colecção — as próprias árvores e silvas que nascem em locais impenetráveis, sem gestão ambiental, podem destruir espécies únicas no País e na Europa.

No âmbito da mata enquanto património edificado existe uma intensa e acelerada degradação do património construído, com muros, capelas, ermidas, portas, fontes e outras estruturas em risco de derrocada.

A Mata Nacional do Buçaco é gerida, na vertente natural, desde 1997, pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral. Ora, temos conhecimento que aquele organismo — a DRABL —, na impossibilidade de monopolizar a gestão daquele espaço, assinou em Março de 2000, juntamente com outras entidades, um protocolo com a finalidade de gerir, manter e preservar o espaço florestal, bem como dinamizar cívica e culturalmente o património da mata. Contudo, após a constituição, esta entidade reuniu uma vez, na qual foram determinados os parceiros, e nunca mais reuniu.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, passaram dois anos, e não dois dias nem dois meses, sem que qualquer avanço tenha sido dado! Não podemos aceitar que parceiros como o Estado, a câmara municipal, a junta de freguesia e a junta de turismo fiquem impávidos, de braços cruzados perante tal degradação nacional de tão vasto património.

Sr. Secretário de Estado, não temos na nossa forma de estar uma conduta passiva nem aceitamos ser cúmplices de um crime capital. É com grande gosto que, pela primeira vez tomando a palavra neste Plenário, o faço para defender a Mata Nacional do Buçaco, que é um património com fortes potencialidades, e se alguém, hoje, como nós, o quiser salvar, tem fortes hipóteses de ambicionar a consagração de património protegido pela UNESCO.

Sr. Secretário de Estado, esgotado o tempo, a paciência e a boa fé, por ineficácia dos governantes do Partido

Socialista, que se limitaram a ter intenções e, em campanha eleitoral, tiveram a ousadia de declarar que iam estudar o problema, seis anos depois de estarem no governo, diga-nos: que futuro tem a Mata do Buçaco ou, mais claramente, que modelo de gestão, pensa o Governo aplicar?

Estou certo e confiante que este Governo irá encontrar a solução, porque hoje, apesar da mata parecer um diamante, ela parece não ser eterna.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural (Bianchi de Aguiar): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao responder à questão que o Sr. Deputado Gonçalo Breda Marques me coloca, aproveito a oportunidade para manifestar apreço pelo interesse que mostra na defesa do património cultural e ambiental do seu concelho.

Irei responder em três planos. O primeiro prende-se com a operacionalidade da estrutura orgânica das direcções regionais para a gestão do património florestal nacional e do património comunitário, em que a Administração Pública assume responsabilidades de co-gestão.

O segundo plano tem a ver com o destino e a utilização das receitas geradas na exploração desses espaços e os problemas inerentes a uma incorporação dessas receitas nas despesas correntes das direcções regionais, utilizadas quase exclusivamente para o pagamento de salários.

O terceiro plano é o relativo ao modelo de gestão a que fez referência e que foi preconizado para a Mata Nacional do Buçaco, e a ausência total da sua concretização.

Em relação ao primeiro aspecto, a imagem, a autoridade e o prestígio do Estado relativamente à gestão das matas públicas e comunitárias têm vindo a degradar-se de forma clara devido a situações de abandono técnico a que essas áreas têm sido votadas. Há, contudo, excepções.

Sem se fazer uma alteração estrutural imediata da orgânica das direcções regionais, temos preconizado — os próprios directores regionais de agricultura têm orientações muito claras nesse sentido — a necessidade de fazer uma separação clara, personalizando, ao nível das direcções de serviço de floresta, a gestão do património florestal que está à sua responsabilidade.

Penso que valerá a pena referir que, em 1996, o governo anterior introduziu uma alteração profunda, fazendo o desmantelamento da estrutura vertical dos antigos serviços florestais e dos perímetros florestais, da qual redundou uma falta de operacionalidade na sua intervenção, tanto na gestão das matas públicas e comunitárias como, inclusivamente, na prestação dos serviços técnicos aos próprios agricultores.

Em relação ao destino das receitas, que é um aspecto importante — concretamente, a Mata Nacional do Buçaco tem encargos enormes de manutenção —, constatou-se que, nos últimos quatro anos, todas as receitas geradas pela exploração tanto das matas nacionais como dos perímetros florestais foram incorporados nas despesas correntes das

próprias direcções regionais, não havendo qualquer investimento da Administração Pública para além de uma gestão corrente do corte e abates, o que é manifestamente insuficiente em relação aos objectivos e às responsabilidades que tem em relação à gestão desse património.

Este ano não é possível fazer inverter esta decisão, no entanto é nossa intenção fazê-lo. O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas acaba de elaborar um plano de acção que define claramente, como objectivo, a recentralização dessas receitas para, através dos planos de gestão florestal das matas nacionais e comunitárias, fazer uma alocação dessas receitas a nível nacional, permitindo concretizar os planos de gestão florestal que devem existir nessas matas.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o tempo de que dispunha para responder esgotou-se. Queira concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

O modelo de gestão que referiu, a régie-cooperativa, nunca se concretizou por problemas técnico-jurídicos, que começaram na própria dificuldade ou impossibilidade de se fazer a escritura pública. E, independentemente de se terem identificado os parceiros, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas repensa, neste momento, o modelo de gestão mais compatível. No entanto, instruções claras que foram dadas aos directores regionais permitem tirar partido e potenciar todos os parceiros que estão identificados para, em formas de parceria — não obrigatoriamente formais, através da régie-cooperativa proposta —, poderem dar a sua contribuição para uma boa gestão desse espaço.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, voltando à Mata Nacional do Buçaco, V. Ex.^a disse que uma forma de financiamento é a das taxas pagas, mas um dos problemas que se prende com a degradação resulta do facto dessas taxas nunca terem sido aplicadas no espaço próprio, na mata. Portanto, a informação que detém não é correcta, visto que as taxas não serviram para o que deviam, ou seja, para a recuperação da mata.

O problema concreto que coloco é o seguinte: houve o desmantelamento de uma determinada estrutura a fim de dar, supostamente, uma maior operacionalidade e permitir que aquele espaço fosse recuperado, espaço que é importante dos pontos de vista natural, paisagístico e arquitectónico. Portanto, esse desmantelamento visava gerir melhor, com mais eficácia. E, a dado momento, é pensada a criação de uma cooperativa, nomeadamente envolvendo os operadores turísticos da zona, para permitir rentabilizar esse espaço através de uma gestão mais próxima, com a participação de quem conhece e de quem tem interesse em defender aquele património. Só que esse projecto parou, não se concretizou.

Posto isto, Os Verdes gostariam de saber qual é o modelo de gestão futuro, ou seja, o Governo aposta numa

solução deste tipo ou, pelo contrário, pensa privatizar aquele espaço. Em segundo lugar, em qualquer dos cenários, queríamos saber quando é que tal vai acontecer, uma vez que o Sr. Secretário de Estado não falou sobre calendários.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Antero Gaspar, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Antero Gaspar (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, antes de lhe colocar a questão, queria dizer que, nos últimos anos, foram dados passos decisivos para a solução deste problema da Mata do Buçaco, que é, sem dúvida alguma, um importante património natural, cultural, arquitectónico, histórico e religioso de uma região de relevância significativa. Com efeito, não só foi assinado um protocolo, já aqui referido, em Março de 2000, como houve uma resolução do Conselho de Ministros em Maio de 2000 e, posteriormente, um despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Entretanto, os estatutos foram aprovados por diversas entidades que se assumiram como cooperantes neste processo, a exemplo da régie-cooperativa que foi constituída em Mafra e está a funcionar — e julgo que a funcionar bem —, respondendo ao importante desafio de preservar o nosso património natural e arquitectónico florestal do País. Refiro-me à Régie-cooperativa da Mata da Tapada de Mafra.

Ora, por razões meramente processuais e burocráticas, é do conhecimento geral que este processo emperrou. Contudo, entre 2000 e 2001, foi dado andamento ao processo e só a 5 de Abril...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, queira concluir.

O **Orador**: — Vou já concluir, Sr. Presidente. Como dizia, a 5 de Abril foi dada uma resposta ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para ultrapassar a questão processual e eu pergunto ao Sr. Secretário de Estado qual foi o seguimento dado a esta última comunicação feita ao Ministério da Agricultura e se o actual Governo vai adoptar uma solução idêntica (ou de sequência) da que foi iniciada ou, pelo contrário, pensa alterar completamente todo o processo, deixando para as calendas a solução necessária, que todas as entidades da região entendiam ser a que está em curso.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, começo por agradecer as questões que me foram colocadas, pois permitem-me clarificar a nossa posição em relação à matéria.

A Sr.^a Deputada Isabel Castro, de Os Verdes, colocou-me uma questão em relação ao modelo que foi utilizado e eu devo dizer — e respondo, em simultâneo, às questões conexas — que o modelo da régie-cooperativa de Mafra e

a proposta feita para a Mata Nacional do Buçaco apresentam diferenças substanciais em relação ao conjunto de parceiros que estão envolvidos.

Conheço bem o funcionamento da régie-cooperativa de Mafra e posso adiantar que o objecto é diferente e os valores patrimoniais que estão em causa são de índole totalmente diferente; conheço a operacionalidade da solução que foi utilizada em Mafra, não obstante alguns ajustes possam ser necessários.

Relativamente ao aspecto processual da constituição da régie-cooperativa, há grandes obstáculos técnico-jurídicos, que vão desde a constituição da escritura até ao protocolo. Nesse protocolo — que conheço bem — existe um conjunto de 17 entidades que manifestam interesse em participar e estabelecer parcerias, parcerias essas que poderiam ter funcionado mesmo sem qualquer forma jurídica consolidada. Mas a verdade é que o facto de não se ter concretizado, sob o ponto de vista formal, a régie-cooperativa, gerou uma apatia total tanto da Direcção Regional de Agricultura como de todos esses parceiros nas suas contribuições, contribuições essas que são, aliás, interessantíssimas. Por exemplo, a escola da Aguieira apresentou uma proposta e um plano concreto e, no entanto, nunca foram criadas condições para que, independentemente de uma forma jurídica, eles pudessem ter concretização prática.

Todos os modelos possíveis estão em aberto, mas devo dizer que duvidamos que haja eficácia num sistema de régie-cooperativa com 17 interlocutores. As nossas instruções são muito claras nessa matéria: todas as partes, nomeadamente a câmara municipal (que será desafiada a ter um papel activo nesta matéria), independentemente da forma jurídica que possa vir a ser utilizada, têm de ser parceiros na resolução deste caso.

Devo dizer que os 30 000 contos, *grosso modo*, ou os 150 000 euros, que correspondem à receita anual das entradas e ao valor da concessão atribuída ao hotel (concessão, aliás, que tem de ser revista, porque envolve montantes perfeitamente ridículos), são manifestamente insuficientes para fazer a gestão de uma área de 100 ha que, para além do valor florestal, tem um valor patrimonial enorme, tanto o da muralha e o dos investimentos enormes na sua recuperação como o religioso, muito dele classificado. Aliás, há aqui uma intervenção directa da Direcção-Geral dos Monumentos, do IPPAR, que deve ser um parceiro activo na sua manutenção.

Como referi, de facto, 30 000 contos ficam na direcção regional de agricultura e são investidos nos custos com o pessoal, representando 95% dos custos totais. Aliás, esta mata insere-se num perímetro florestal com mais de 1000 ha. Portanto, no que se refere à questão do financiamento, não gera as receitas necessárias para se fazer uma gestão adequada.

Concordo que a própria Direcção Regional de Agricultura tem um papel fundamental em relação aos seus meios, através do Plano de Gestão Florestal; daí eu ter feito referência a que todas as receitas da gestão do património das matas nacionais e perímetros florestais devem ser geridos centralmente, para permitir fazer uma redistribuição, porque se há património que tem margens positivas, muito do património florestal nacional apresenta margens negativas, é deficitário, e só uma realocação dessas receitas é que permitirá fazer face aos encargos reais.

O problema que se põe é que, havendo uma desorçamento do Orçamento do Estado em relação às despesas correntes das direcções regionais, essas receitas acabam por ser quase integralmente utilizadas para despesas de pessoal, não só na gestão das matas mas na própria gestão corrente das direcções regionais. Esta é uma situação que teremos de rever e que permitirá, com certeza, fazer aqui uma repartição, deslocando verbas e receitas de áreas rentáveis para áreas que exigem investimentos.

Devo dizer-lhe que essa situação ainda é mais grave porque não há possibilidade de recorrer a fundos comunitários para fazer investimentos neste domínio. No caso dos baldios, é flagrante o desinvestimento e a desresponsabilização da Administração Pública em relação ao seu compromisso na co-gestão. O problema é semelhante e exige, de facto, uma atitude diferente.

Repito que, independentemente do modelo — e estamos abertos a todos os modelos —, não creio que uma régio-cooperativa com 17 parceiros seja a solução mais eficaz. Parece-me, no entanto, que parcerias, nomeadamente com departamentos do Estado, têm de ser feitas, independentemente da forma jurídica, porque há responsabilidades que se assumem, nomeadamente no Ministério da Cultura, relativamente à preservação desse património.

Concretamente em relação aos baldios, é fundamental rever a eficácia da estrutura orgânica das direcções regionais, sem recuperar a estrutura verticalizada dos serviços florestais que existia em 1996, de modo a permitir profissionalizar e responsabilizar, através de uma cadeia de responsabilização relativamente à gestão desse património, separando-a das funções que as direcções de serviços florestais têm em relação ao apoio técnico aos agricultores. Trata-se, claramente, de um esforço muito grande em relação à operacionalização dos meios humanos e materiais das direcções regionais, mantendo em aberto o modelo de gestão, tirando partido das parcerias e das vontades identificadas, nomeadamente das universidades, das câmaras municipais e das juntas de turismo. Elas podem desenvolver essa parceria independentemente de haver uma forma jurídica.

No entanto, devo dizer que as objecções do Ministério das Finanças se mantêm. No dia 5 de Abril, na carta que foi enviada à Secretaria de Estado que tutelou, o Ministério das Finanças mantinha as objecções que existiam ao modelo, ou seja, os problemas técnico-jurídicos que subsistem. Mas, repito, para além disso, há necessidade de haver operacionalidade do modelo, não podendo comparar-se com a Tapada de Mafra porque aqui existe um conjunto de valores muito diversificados em que a parceria e a eficácia de uma gestão conjunta seria muito mais difícil.

O Sr. Presidente: — A próxima pergunta dirige-se ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, é formulada, em nome do Bloco de Esquerda, pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, e consta do seguinte: «Perante a extinção da Rede Nacional de Ciência e Tecnologia, incluindo o Observatório da Ciência e Tecnologia (essencial para produzir uma monitorização credível) e a perda de autonomia dos organismos responsáveis pela internacionalização da comunidade científica portuguesa, que medidas alternativas pretende o Ministério da Ciência e do Ensino Supe-

rior implementar para assegurar a sobrevivência da investigação científica em Portugal?».

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, para o que dispõe de 3 minutos.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, é diagnóstico praticamente unânime que a Rede Nacional de Ciência e Tecnologia está hoje desmantelada e em franco declínio. De facto, o Ministério do Ensino Superior e da Ciência é apenas o Ministério do Ensino Superior. Isso é tanto mais preocupante quanto herdámos, neste domínio, do anterior governo (que criticamos em muitas áreas) um legado importante, valioso e que importava potenciar.

Repare-se no que acontece aos vários níveis. O Programa Ciência Viva, essencial para a promoção da cultura científica e tecnológica junto das novas gerações, pedra base da divulgação científica, está em franco declínio, bem como a rede de centros associados a este programa, incluindo o próprio Pavilhão do Conhecimento.

Com a extinção do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Instituto de História da Ciência e da Técnica, perdeu-se uma pedra basilar desta rede.

Com a extinção do Gabinete Coordenador da Política Científica e Tecnológica perdeu-se também o pivô capaz de coordenar a aplicação em concreto das medidas de investigação e tecnologia.

Com a fusão do Instituto de Cooperação Científica Tecnológica Internacional com o Observatório das Ciências e das Tecnologias, de uma penada, enfraqueceu-se a já deficiente internacionalização da ciência portuguesa, que hoje está mais periférica do que nunca. E isso é sentido por qualquer investigador que trabalhe no terreno, é sentido pelos nossos pares que trabalham no estrangeiro, pois há uma tremenda falta de apoios para a internacionalização da ciência, que seria ou deveria ser um dos vectores de uma modernização não assente, como esta que estamos a viver, por exemplo, na produção intensiva à custa de baixos salários, mas assente em factores de inovação, de competitividade pela inovação, de competitividade pela investigação, pelo desenvolvimento, que nos envergonha perante os nossos colegas estrangeiros.

Perdeu-se também a capacidade de recolher, tratar e analisar informação, enfim, monitorizar o sistema científico e tecnológico nacional.

Criou-se um órgão para a sociedade de informação, na dependência do Primeiro-Ministro. Erro crasso que poderá contribuir para o prestígio do Sr. Primeiro-Ministro, porque lhe dá um ar moderno e preocupado com esta questão, mas que certamente, do ponto de vista operacional, acaba por desligar, mais uma vez, do contexto onde deveria estar inserido órgão de tamanha importância.

Saberá o Ministério da Ciência e do Ensino Superior alguma coisa do que se passa com este órgão? Saberá? Já agora, para utilizar também uma expressão da ciência e tecnologia, estará conectado com ele?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Concluirei já, Sr. Presidente.

Como é que é possível, num cenário de subfinanciamento do ensino superior — ainda hoje soubemos o que se passou no Senado da Universidade de Coimbra, em que o orçamento vai todo para o orçamento de pessoal e não chega —, assegurar a sobrevivência da ciência e da tecnologia neste País? Eis a questão que importa responder.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaz): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, os meus cumprimentos e saudações.

Por outro lado, queria agradecer ao Sr. Deputado João Teixeira Lopes por ter trazido aqui esta questão, dado que não é frequente colocarem estas questões da ciência e tecnologia, o que dá oportunidade para referirmos e esclarecermos algumas dúvidas que existem nesta matéria.

Quando o Sr. Deputado Teixeira Lopes fala em extinção da Rede Nacional de Ciência e Tecnologia, temos de precisar as coisas. Não há extinção absolutamente nenhuma. O sistema nacional de ciência e tecnologia — não falemos em rede, porque estas coisas estão consagradas nesta linguagem — continua a funcionar com toda a regularidade, com todos os financiamentos que estão previstos, sem nenhuma quebra.

O sistema nacional é composto pelos centros, laboratórios, institutos, todo o tipo de instituições que executam a investigação científica e actividades de ciência e tecnologia mais avançada, mesmo que não sejam de investigação científica.

Existem, pois, organismos administrativos de apoio ao sistema. Desses organismos, o principal de todos é a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que está a funcionar perfeitamente e a canalizar os financiamentos apropriados em tempo, tal como estava previsto.

Os outros dois organismos mais importantes do sistema são o Observatório da Ciência e Tecnologia e o Instituto de Cooperação Científica Tecnológica Internacional. Estes organismos têm missões óbvias: o Observatório, de colheita, monitorização e análise dos dados relativos ao sistema; o Instituto, de promoção e acompanhamento das relações internacionais do sistema científico e tecnológico com países terceiros, com a União Europeia e com os organismos internacionais de ciência e tecnologia. Estão a funcionar em pleno. Não há qualquer dificuldade quanto a isto e posso descansar o Sr. Deputado relativamente a esta matéria.

Agora, a junção da Ciência e do Ensino Superior no mesmo Ministério obrigou a uma reestruturação dos anteriores Ministérios da Ciência e Tecnologia e da componente de ensino superior que existia no Ministério da Educação, de tal maneira que há que proceder à racionalização deste sistema através de junções.

Quando se fala em extinção do Observatório da Ciência e Tecnologia ou do Instituto de Cooperação Científica Tecnológica Internacional, na realidade há uma extinção formal, mas é uma extinção para dar origem a outro organismo que, numa perspectiva de boa racionalidade do sistema, há-de juntar a ciência e o ensino superior. Por isso, de acordo com a lei orgânica que acabou de ser publicada

há dias, ainda esta semana, está criado o Observatório para a Ciência e o Ensino Superior e o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior. Quer dizer, tivemos de juntar o anterior Observatório para a Ciência e Tecnologia com o que existia no Ministério da Educação, quer como organismos autónomos ou partes de organismos que lá existiam relativos ao ensino superior, em matéria de observação e monitorização e em matéria de cooperação internacional.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se, pelo que tem de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, termino dizendo que não há qualquer perigo de extinção nem tem sentido falar nesse assunto quando o sistema está a funcionar perfeita e normalmente. Não há quaisquer queixas das pessoas que estão a executá-lo.

Queria assegurar aos Srs. Deputados que a investigação científica e tecnológica, no momento, está a funcionar de maneira saudável e com a vossa ajuda iremos conseguir, com certeza, que funcione ainda melhor.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, para o que dispõe de 2 minutos.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, um sistema é formado por partes interdependentes que caminham para o homeostasia ou para o equilíbrio. Ora, aqui, não há nem partes, nem interdependência, nem equilíbrio. Aqui, o que existe é um organismo «amputado». «Amputado» porque lhe falta o braço, falta-lhe a perna...

O Sr. Secretário de Estado perdoar-me-á mas parece que o seu «reino» não é deste mundo, porque todos os agentes implicados no dito sistema sentem «na pele» as dificuldades que têm em conseguir obter financiamentos para projectos de investigação, em conseguir cooperar com o exterior — e tanto se fala na ligação das universidades ao meio exterior —, e a dificuldade que têm em internacionalizarem a sua produção científica.

Volto a referir que esta é uma questão da maior importância para a credibilidade de uma visão moderna de Portugal no estrangeiro. Cada vez mais nos caracterizamos por sermos o País da mão-de-obra barata, o País das indústrias intensivas, o País dos sectores tradicionais, quando deveríamos ser o País da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento.

Ora, o seu diagnóstico, Sr. Secretário de Estado, parece ser o de alguém que está completamente — perdoar-me-á — a «pairar na estratosfera»! Se há matéria que tem sido praticamente unânime, e só digo «praticamente» porque o Governo é o único que parece não reparar, é que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior esqueceu completamente a ciência! Basta olhar para os números do Ministério no Orçamento! Se o orçamento padrão para as universidades, que são também centros privilegiados de investigação, está a uma distância abissal de ser cumprido, e se, de facto, nem tão pouco é cumprido o orçamento para pessoal, que verbas existem?! Nem tão pouco há verbas residuais! É o que lhe digo: o perigo da extinção é um perigo real!

Dai termos trazido aqui, com esta premência e com esta urgência, a questão a que o senhor, refugiando-se num «país das maravilhas» (que não existe), acabou por não responder.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Vasconcelos, para o que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Diogo Vasconcelos (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, depois deste «vale de lágrimas» expresso aqui pelo nosso colega Deputado João Teixeira Lopes, gostaria de lhe perguntar quais as respectivas vantagens de decorrem da junção no mesmo Ministério da área do ensino superior e da área da ciência e tecnologia.

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Ainda não sabe?!

A Sr.^a **Luísa Mesquita (PCP)**: — Numa altura desta já é tarde!

O **Orador**: — Gostaria de saber que consequências decorrem para este domínio da «magnífica» gestão orçamental do último governo do Partido Socialista.

Gostaria ainda de saber que iniciativas foram lançadas já por este Governo num domínio que é fundamental, o de fomentar a ligação entre capacidade de investigação e inovação empresarial.

Portugal tem um problema sério de atraso em relação aos países colegas da União Europeia e a única forma de o recuperar é não só crescer mas crescer mais rapidamente, sendo que crescer mais rapidamente significa aumentar de forma radical a produtividade, o que só se faz com inovação, e inovação não é mais do que transformar conhecimento em novos produtos, novos serviços com novos processos. Ora, isso implica, claramente, ligar a capacidade de investigação que existe com a capacidade empresarial.

Pergunto: que iniciativas foram desenvolvidas quer no sentido de fomentar o «empreendedorismo» na área tecnológica, ou seja, a criação de novas empresas no domínio tecnológico, quer para assegurar o reforço da ligação entre as empresas e o sistema científico/tecnológico?

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Santos Silva, para o que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Augusto Santos Silva (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a ligação entre a ciência e o ensino superior e a organização do Ministério da Ciência e do Ensino Superior trouxe um efeito que é cada vez mais visível: a separação entre o ensino superior e a educação básica e secundária. Ainda ontem tivemos este acto surrealista de o Sr. Primeiro-Ministro anunciar objectivos para a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo sem uma linha referente ao ensino superior.

Mas o risco que corremos é que também não haja qualquer ligação entre a ciência e o ensino superior. Já houve esta operação de separação entre o ensino superior e os restantes níveis de educação e ainda não é nada claro que se tenha alguma coisa com a ligação entre a ciência e o ensino superior.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Como o Sr. Secretário de Estado sabe muito bem — reputado cientista que é —, o que caracteriza a ciência e a actividade científica é a independência, a transversalidade, para utilizar uma expressão bem usada por um seu colega de Governo, e a agilidade.

Quanto à independência, temos os laboratórios do Estado a perderem a sua autonomia e os respectivos directores a fazerem-no sentir ao Governo sem nenhuma resposta positiva até agora. Ora, a nossa obrigação é alertar o Governo para os efeitos devastadores que decorrerão de uma atitude cega da vossa parte a esta justíssima reclamação dos directores dos laboratórios nacionais, do Estado.

No que diz respeito à transversalidade, não há qualquer indicação de que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior esteja a assumir a função essencial que o Ministério da Ciência e Tecnologia desempenhava, ou seja, de comandar, de pilotar, todo o esforço nacional em matéria de ciência e tecnologia. Ora, essa função de pivô é essencial, como o Sr. Secretário de Estado o sabe.

Sobretudo, quanto a iniciativas e a ideias nada conhecemos. Por isso, a pergunta que gostaria de fazer é exactamente na lógica da pergunta ainda agora colocada pelo Sr. Deputado Diogo Vasconcelos, que é muito reveladora porque nem a própria maioria sabe e pergunta ao Governo o que é que este fez ou quer fazer em matéria de Ciência e Tecnologia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Como a maioria, também a oposição, o País e a comunidade científica não sabem quais são as iniciativas que o Governo já tomou e pretende tomar em matéria de ciência e tecnologia.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro (Os Verdes)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, francamente, terei de dizer que a sua intervenção parece de alguém que não vive no planeta Terra!

A verdade é que o conhecimento científico e a investigação continuam a ser considerados um luxo e, seguramente, a discussão do Orçamento, na segunda-feira, vai confirmar tudo isto.

Mas pergunta que gostaria de fazer tem a ver também com outro aspecto: todos sabemos que a rede de laboratórios do Estado está a ser asfixiada financeiramente, todos temos noção — pelo menos, nós temos — da gravidade desta situação quando se fala na necessidade de melhorar a produção. Do ponto de vista do comportamento ambiental, do ponto de vista da exportação, da modificação de processos produtivos, da eco-eficiência, do *design*, é um seguro de vida, que permitirá a muitas empresas sobreviver ou, pura e simplesmente, desaparecer. E, pois, perante todo este cenário concreto que não deixa de ser gravíssimo estar a assistir à asfixia financeira, à morte por falta de meios, de investigação que é fundamental no nosso país.

Mas, Sr. Secretário de Estado, gostaria de chamar a atenção para outro aspecto da sua intervenção, quando afirmou não haver contestação. Ora bem, Sr. Secretário de Estado, neste domínio, se há coisa que não falta é contestação da comunidade científica, que tem alertado para uma coisa gravíssima: a perda de autonomia a que muitos laboratórios estão a ser condenados. Concretamente, chamo a atenção para a tomada de posição do Conselho Científico do INETI, para o significado daquilo que é, mais de 20 anos passados, inverter de uma forma completamente irracional toda uma lógica de autonomia construída durante anos e anos, porque, quaisquer que fossem os governos, houve compreensão para o significado que, do ponto de vista nacional, do ponto de vista do desenvolvimento, do ponto de vista da autonomia, a preservação daquele Instituto tinha.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, em concreto, pergunto-lhe o que é que pensa em relação a esta perda de autonomia e o que é que o Governo exactamente pretende com ela.

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o seu Governo tem a legitimidade, que decorre do processo democrático, de fundir, extinguir, fechar..., tudo aquilo que nós sabemos. Mas há uma legitimidade que não tem, que é a de não saber porque é que faz aquilo que faz! Essa não tem! Não tem em nome da ciência, da tecnologia, daquilo que é o entendimento racional do ser humano! Por isso, pergunto-lhe: porque é que fizeram o que fizeram? E até este momento, sobre esta matéria, o Sr. Secretário de Estado não foi capaz de dizer nada!

Será que o Sr. Secretário de Estado conhece o relatório elaborado em 1997 por entidades estrangeiras que, no que tem a ver com os recursos humanos, com as questões financeiras, fundamentalmente a nível dos laboratórios do Estado, enunciavam à exaustão os estrangulamentos da ciência e tecnologia em Portugal, tendo sugerido que se o Governo português não queria ter ciência e tecnologia no seu país deveria encerrar esses laboratórios?! O Sr. Secretário de Estado conhece essas avaliações?

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado diz que está tudo bem, que o Sr. Deputado João Teixeira Lopes e a Assembleia devem ficar tranquilos! Quer o Sr. Secretário de Estado dizer que tudo o que chegou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, aos grupos parlamentares e aos Deputados em particular, assinado pelos Presidentes de todos os Conselhos Científicos (cartas dirigidas ao Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso e ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia), é falso?! Os investigadores são mentirosos?! São incompetentes?! São irresponsáveis?! É isso que o Sr. Secretário de Estado quer dizer?! Ou eles não sabem do que é que falam? É o Sr. Secretário de Estado que sabe?! Não sabe, Sr. Secretário de Estado! Não sabe! O Sr. Secretário de Estado veio aqui demonstrar que não sabe destas questões! Pode saber de outras, mas destas não sabe!

Terceira e última questão, à qual peço que nos responda claramente: porquê a perda de autonomia dos laboratórios do Estado? Quais irão ser os reflexos desta perda de autonomia face aos projectos e aos contratos estabelecidos com a comunidade internacional? Quais irão ser as consequências face à prestação de serviços relativamente a empresas? O que é que está a acontecer com os nossos investigadores, que estão a sair do País e a integrar equipas internacionais, devido ao desleixo deste Governo relativamente ao investimento na ciência e tecnologia?

São estas questões que gostaríamos de ver respondidas, Sr. Secretário de Estado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia: — Sr. Presidente, é com o maior gosto que tentarei responder às questões que me foram formuladas.

Retomando a questão colocada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, que afirmou existirem dificuldades da parte dos executores, dos agentes da investigação científica portuguesa no sentido de obterem meios, direi que acho isso muito estranho, dado que os meios estão a ser canalizados exactamente como previsto, ao nível do financiamento plurianual das unidades de I&D, ao nível dos projectos de I&D, ao nível das bolsas, ao nível do Centros Ciência Viva — o Sr. Deputado referiu-se ao Programa Ciência Viva —, tudo tem estado a ser financiado de acordo com o previsto. Existem, sim, algumas dificuldades no que respeita ao lançamento e à aprovação do último concurso de projectos pela circunstância de ter sido lançado sem que o concurso correspondente de 2001 e alguma parte do concurso de 2000 tivessem sido ainda avaliados. Consequentemente, receberemos muitas cartas — essas, infelizmente, os Srs. Deputados não recebem — a perguntar como é que se vão candidatar a um projecto do concurso de 2002 quando os que submeteram em 2000 e em 2001 ainda não foram avaliados.

Há, pois, algumas dificuldades resultantes deste encavalitamento que resultou de falta de cumprimento das avaliações de projectos de 2000 e 2001. Mas terei oportunidade, na próxima segunda-feira, em comissão parlamentar, de falar sobre isso, e verão que não há qualquer dificuldade em relação ao cumprimento dos objectivos que estavam planeados desde sempre. Nessa altura, voltarei a outras questões que também aqui foram formuladas por outros Srs. Deputados.

Em relação à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Diogo Vasconcelos — que, aliás, também foi colocada pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva —, sobre a ligação entre a ciência e o ensino superior, como sabe trata-se de uma questão opcional. Se formos ver o que se passa nos diferentes países da Europa, as opções assumidas pelos governos para colocar o sector da ciência e tecnologia são as mais variadas: ou sozinho, ou ligado ao ensino superior e às universidades, ou ligado à educação e cultura em geral, ou ligado a sectores de cariz económico.

A opção feita por este Governo foi a de juntar a ciência e o ensino superior. Qual é a lógica disto? Há muitos

argumentos que justificam esta opção, e esses argumentos situam-se em diferentes linhas. Para já, a maior parte da actividade científica e tecnológica que existe em Portugal é feita nos estabelecimentos de ensino superior, em particular nas universidades; é nas universidades que está a maior parte dos investigadores deste país; a formação dos recursos humanos avançados em ciência e tecnologia pela investigação, quer através de cursos de mestrado e de doutoramento, quer através de pós-doutoramento e outras actividades, é feita em ambiente de ensino superior; os custos de funcionamento e mesmo de infraestruturas para a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico (laboratórios, bibliotecas, meios informáticos, etc.) já existem nas universidades e nos institutos de ensino superior; os Centros de I&D e mesmo as instituições privadas sem fins lucrativos com fins de investigação estão nas universidades ou em associações de que os sócios maioritários são universidades; a promoção da cultura científica é feita em franca cooperação com os docentes e com as instituições do ensino superior. Existem, pois, múltiplas razões que justificam que haja uma sinergia entre a ciência e o ensino superior. Essa foi a opção por nós tomada e vamos tirar o melhor partido dela.

Quanto à questão da gestão orçamental feita pelos governos anteriores, em particular pelo último governo, gostava de distinguir dois níveis. Em primeiro lugar, o nível global — o Ministério da Ciência e Tecnologia é co-responsável pela situação a que o País chegou; não se pode desligar uma política sectorial do contexto de uma política de um governo! Portanto, o Ministério da Ciência e Tecnologia é co-responsável pela situação a que se chegou.

Em relação à política específica do Ministério da Ciência e Tecnologia, houve uma expansão que, muitas vezes, teve lugar em acções que não são directamente reprodutíveis em matéria de investigação e em matéria de produção científica e tecnológica. É aí, neste esforço de contenção a que todos somos obrigados, em virtude da situação geral com que este Governo se viu confrontado, que temos de racionalizar, de poupar, libertando-nos de desperdícios que foram feitos, permitindo orçamentos de funcionamento dos quais possamos tirar maior produtividade. Essa é uma questão que eu gostaria de deixar aqui expressa.

Quanto às iniciativas que têm sido lançadas para fomentar a ligação da investigação com a capacidade produtiva das empresas — e respondo também à Sr.^a Deputada Luísa Mesquita —, só quem não quiser ler as Grandes Opções do Plano é que não sabe o que está previsto. E passo a mencionar dois dos principais eixos de acção da política científica e tecnológica deste Governo, que constam das Grandes Opções do Plano, bem como do seu Programa: um, a valorização das competências nacionais em ciência e tecnologia ao serviço da qualidade de vida das populações em geral, o que quer dizer ligar o desenvolvimento tecnológico, a capacidade de produção de conhecimento aos problemas reais da sociedade; um outro, que podia estar contido neste mas que está evidenciado em separado, é a criação de um clima favorável à inovação nos sectores empresarial e do ensino superior. Isto quer dizer que estamos apostados em tirar do nosso sistema científico e tecnológico, da nossa

capacidade de produção de conhecimento pela investigação e actividades conexas benefícios cada vez maiores para a sociedade, promovendo uma ligação forte com a sociedade e com as empresas.

Em relação às empresas, gostava de dizer que, como toda a comunidade científica sabe, todo o público e todas as pessoas atentas sabem, foram lançados dois programas: o Programa NEST e o Programa IDEIA.

O Programa NEST tem como objectivo o apoio a empresas nascentes em ambiente universitário ou junto de Centros de I&D, que é uma das ligações entre a ciência e o ensino superior, e é feito em colaboração com o Ministério da Economia em apoio a empresas *start up*, como se diz na gíria, que são empresas de conteúdo tecnológico elevado que nascem nesses ambientes.

O Programa IDEIA apoia projectos de investigação e desenvolvimento aplicados, propostos por empresas em consórcio com Centros de I&D e universidades.

Trata-se, pois, de medidas que permitem responder à questão da transversalidade, colocada pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva, entre a ciência e o ensino superior, entre a ciência e a própria actividade produtiva.

Julgo que estes são exemplo de muitas das coisas que era importante referir, mas o tempo não me permite que diga muito mais.

Gostaria, no entanto, de me referir ainda à questão da perda de autonomia dos laboratórios do Estado, que foi levantada por vários Srs. Deputados.

Como sabem, os laboratórios do Estado nasceram no pós-guerra e destinaram-se a promover e a dinamizar determinados sectores da sociedade, como a indústria, a agricultura e as obras públicas, tendo também Portugal acompanhado esse movimento. O seu objectivo é o de dar resposta, através do Estado, a questões que têm a ver com sectores que precisam de ser dinamizados.

É evidente que essa resposta tem de ser dada em ligação com os sectores. Não tem sentido que o laboratório do Estado esteja sozinho a fazer coisas que entende que são relevantes para o sector, e que eventualmente até poderão sê-lo a muito longo prazo, não estando fortemente ligado a isso. Por isso, foi concedida autonomia financeira a estes institutos públicos no pressuposto de que, a curto ou a médio prazo, atingiriam uma percentagem razoável de receitas próprias vindas do sector.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se, pelo que tem de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, se não houver ligação desses laboratórios com os institutos que existem no sector, pode perguntar-se se o sector não lhes pede nada, qual é a razão...

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Fecham as portas!

O Orador: — Não fecham as portas, vão é ser obrigados a criar essas condições de ligação que lhes permitam justificar a sua existência...

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Vão acabar! A Europa abre; nós fechamos!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, dado existir um problema técnico de som, vamos fazer uma pausa de alguns minutos até que o mesmo seja resolvido.

Pausa.

Julgo que o sistema de som já está a funcionar como deve ser, pelo que estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

De qualquer forma, peço aos oradores para falarem junto do microfone, porque hoje há qualquer problema que não ajuda à versatilidade a que estamos habituados.

A pergunta seguinte, sobre o Rio Bestança, irá ser formulada pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, do CDS-PP, e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Srs. Deputados, o rio Bestança nasce na serra de Montemuro, concelho de Cinfães, e desagua no rio Douro. Tem 13,5 km de curso, numa extensão de luxuriante verdura e de águas sempre cristalinas, que fazem dele um dos rios mais limpos da Europa.

Em visita quer fiz recentemente ao distrito de Viseu, tive a oportunidade e o prazer de conhecer a Associação para a Defesa do Vale do Bestança. Discuti com essa Associação e com inúmeros outros representantes da população a anunciada pretensão de uma empresa em construir duas barragens mini-hídricas no sistema do rio Bestança. Em 3 de Julho, elaborei um requerimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, em que colocava o problema que tivera a ocasião de constatar.

Sr. Secretário de Estado, a construção de mini-hídricas no vale do Bestança parece revestir-se de forte impacto negativo: a secagem dos rios Bestança e Barrondes na Primavera e no Verão, o aumento da poluição das águas, com consequências directas ao nível da distribuição na vila de Cinfães e outras povoações, o desaparecimento de grande parte da flora, a ameaça à fauna selvagem pela alteração do seu *habitat* e, por fim, a salinização das águas.

O vale do Bestança é um dos últimos redutos com interesse patrimonial, ambiental e turístico que resta ao concelho de Cinfães. São alguns exemplos disso: estar integrado na Rede Natura 2000, sendo biótipo Corine, ter espécies protegidas como a lontra e a águia real, ser uma paisagem única e majestosa e conter, além disso, uma enorme riqueza etnográfica.

Um ambiente não poluído e uma paisagem não degradada serão, no futuro, cada vez mais, factores de valorização económica e humana de um país ou de uma região. Os açudes, os canais de derivação, as condutas forçadas e a central são, como é óbvio, sinais de perturbação e de consequências irreversíveis.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta que pretendo fazer-lhe é a seguinte: sabendo que a construção destas mini-hídricas envolve também a consideração de problemas de natureza global, e dada a situação específica do aproveita-

mento eléctrico de Tendais, o que pensa o Governo fazer para a actualização da legislação, concretamente no caso da barragem de Bestança?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente para responder, faço um apelo aos Srs. Deputados no sentido de desligarem os telemóveis, dado esse facto estar relacionado com o mau funcionamento da rede sonora do Hemicírculo. Aliás, essa é uma regra geral, existindo um aviso à entrada da Sala. Para além de se falar ao telemóvel durante as sessões, comportamento que já me dispense de qualificar...

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente para responder, dispondo de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo a minha memória parlamentar, ainda me recordo que dispoño de 3 minutos, o que é pouco tempo.

Devo dizer que me sinto incapaz de replicar no registo tonitruante que já ouvi hoje aqui a alguns dos Srs. Deputados, na medida em tive uma reunião há poucas horas em Guimarães, tendo vindo directamente para a Assembleia. Mas, gostava, com toda a calma, de dizer que 3 minutos é muito pouco para as angústias gerais — e são várias — que a sua pergunta me coloca.

Antes de falar na questão do rio Bestança, gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que a matéria do aproveitamento hídrico para produção de energia eléctrica causa a quem, como eu, tem como preocupação primeira a protecção do ambiente diversas questões e angústias que se prendem com a compatibilização de valores ambientais. Se é verdade que, na maior parte dos casos, quer na construção de pequenas centrais hidroeléctricas, quer, por maioria de razão, sobretudo na construção de barragens, se colocam diversos problemas, às vezes de natureza irreversível, aos ecossistemas sobre as quais se implantam, também não é menos verdade que Portugal está numa encruzilhada em relação ao cumprimento dos seus objectivos europeus, nomeadamente em matéria de produção de energias renováveis.

Concretamente em relação ao consumo de energia produzida a partir de fontes renováveis, a verdade é que Portugal está, neste momento, a meio caminho daquele que tem que percorrer até 2010. Neste momento, teremos, no máximo, 20% de produção eléctrica por via de energias renováveis e temos que chegar a 2010 com 39%. É necessário que o façamos, porque boa parte dos compromissos do Protocolo de Quioto não são uma miragem de futuro — a União Europeia vai discutir, já no Conselho Europeu da próxima semana, uma directiva de comércio de emissões que vai entrar brevemente em funcionamento —, porque temos todos a obrigação de reduzir a produção de gases de efeito de estufa.

Nessa medida, só na região Centro temos, neste momento, cerca de 30 mini-hídricas em exploração, pequenas centrais hidroeléctricas, o que corresponde a uma produção de 319 Gwt de energia eléctrica por ano, um valor que não é desprezível.

Por isso, vamos ter que fazer, caso a caso, uma ponderação muito cuidada dos valores ambientais em presen-

ça para saber quando é que podemos ter medidas de minimização que protejam o ecossistema, mas, ao mesmo tempo, produção de energia hidroeléctrica.

Quanto à questão relativa ao rio Bestança que o Sr. Deputado colocou, trata-se, efectivamente, de um património natural único, de pequena dimensão, e por isso bastante susceptível de ser afectado pelas mini-hídricas. O que posso dizer, neste momento, em relação a essa questão concreta, é que a informação que tenho dos serviços do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, em concreto da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, é a de que o projecto em causa — que, aliás, não foi ainda sequer objecto de avaliação de impacte ambiental, e terá de sê-lo porque está numa zona de Rede Natura 2000 — tem diversos impactes ambientais negativos, como o desvio do caudal do rio, uma afectação profunda da fauna e da flora, do património ambiental e paisagístico e das utilizações da água nele existentes, pelo que estamos numa fase de discussão pública em diversas associações.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Narana Coissoró.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Concluo, dizendo, em relação a esta questão concreta, que não há, neste momento, perspectiva de dar parecer favorável à implantação dessas mini-hídricas.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, é pena não ter havido alguma tolerância de tempo para a resposta que estava a ser dada pelo Sr. Secretário de Estado, dado que estava a prestar informações importantes. De qualquer modo, pela forma como terminou, e muito bem, reconheço que lhe ficou traquejo parlamentar.

A resposta satisfaz-me, ultrapassando as expectativas que tinha para hoje em relação a uma resposta da sua parte, ao dizer que não existem perspectivas de haver parecer favorável à implantação de mini-hídricas.

Julgo que, com esta resposta, o Sr. Secretário de Estado dá uma grande alegria às populações da região envolvida, do concelho de Cinfães. Aquilo que nos interessa é justamente uma apreciação caso a caso, tecnicamente fundada, porque o que não é tecnicamente correcto não é politicamente defensável.

Efectivamente, a situação que apresentei hoje ao Governo, relativa ao rio Bestança, é excepcional, pelos impactes ambientais em causa, por se tratar de «feridas» que irreversivelmente iam matar toda a riqueza daquele vale e, sobretudo, porque julgo que a posição das populações da respectiva autarquia tem sido claramente demonstrada ao longo do tempo.

É preciso este balanceamento, porque, Sr. Secretário de Estado, julgo que não faria sentido que não nos envolvês-

semos todos nos compromissos internacionais que o nosso país tem perante o Protocolo de Quioto, que não nos envolvêssemos nos compromissos do nosso país perante as posições da Europa em ser líder nesta matéria de termos um ambiente melhor no planeta Terra. Efectivamente, tudo isto é feito de uma série de contribuições pequenas em que temos que fazer o balanceamento dos grandes objectivos, tendo em conta a realidade local.

Sr. Secretário de Estado, para terminar, limitar-me-ia a dizer o seguinte: quando um dia não tiver que vir de Guimarães «de roda batida» para estar no Parlamento, julgo que vale a pena fazer uma pequena paragem para visitar a zona do vale do Bestança e ter como certa a perspectiva de não haver parecer favorável às mini-hídricas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu, associar-me a esta intervenção do Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia relativamente a um assunto que, não sendo novo, mereceu sempre apoio unânime no que diz respeito à defesa dos interesses locais, em concreto os interesses do concelho de Cinfães e das populações de seis freguesias que são atravessadas pelo rio Bestança, zona conhecida como vale do Bestança, e que, durante muitos anos, se têm batido não para inviabilizar qualquer projecto económico energético naquele rio, mas, fundamentalmente, para concretizarem naquele vale um projecto turístico de forte impacto económico social, que está inscrito no plano de actividades da Câmara Municipal de Cinfães e que recolhe o apoio unânime de todas as forças partidárias e da população deste concelho.

Conforme já aqui foi dito, o rio Bestança nasce nas portas de Montemuro e desagua no rio Douro, tendo um forte impacto turístico. E é nessa óptica que as autoridades locais pretendem ver desenvolvidas as riquezas naturais do vale do Bestança.

Esta é uma pretensão que não é nova: já há seis ou sete anos houve uma tentativa empresarial similar, tendo havido, na altura, uma fortíssima oposição das populações locais. Neste momento, quando similar iniciativa está a decorrer, as populações locais, a assembleia municipal, a câmara municipal, as juntas de freguesia, a população, a Associação para a Defesa do Vale do Bestança já manifestaram, junto da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte, a sua oposição a que tal projecto energético pudesse realizar-se.

De forma que, Sr. Secretário de Estado, se esse é o desejo e a vontade do Governo, da nossa parte há uma concordância, como houve nos últimos anos, de que o trajecto e o objectivo final daquele vale seja preservado para assegurar às populações locais melhor qualidade de vida e melhor bem-estar.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Igualmente para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Eulália Teixeira.

A Sr.^a **Maria Eulália Teixeira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, o processo de licenciamento de mini-hídricas é geralmente acompanhado de polémica, reveladora de conflitos entre os promotores da instalação e as associações, regionais ou locais, de defesa do ambiente e a população próxima da área a intervir. São conflitos que chegam às autarquias locais, às direcções regionais e, até, ao Governo. O processo da instalação de mini-hídricas no vale do Bestança é um exemplo do que acabo de referir.

A legislação reguladora desta matéria parece não responder aos múltiplos aspectos que é necessário conjugar num processo destes, por mais simples que o mesmo aparente ser.

Pergunto: qual é a sensibilidade do Ministério do Ambiente com vista a uma reflexão sobre o enquadramento legal desta matéria, concertando, naturalmente, com o Ministério da Economia, com o Ministério da Agricultura e, mesmo, com o Ministério do Ordenamento? No fundo, o que podemos esperar da Secretaria de Estado do Ambiente quanto à adequação da legislação na área de licenciamento de mini-hídricas?

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Igualmente para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, se, em relação a este projecto em concreto, cuja mais-valia energética, seguramente, não compensava aquilo que seriam os danos ambientais que dele resultariam e, sobretudo, o enfrentar de uma legítima contestação por parte da comunidade local, há, a propósito deste projecto, dois aspectos que gostaria de colocar.

Estamos perante um projecto de mini-hídrica que, eventualmente, e positivamente, em nosso entender, não será viabilizado. Mas a questão é que há projectos deste tipo que proliferam um pouco por todo o País.

Pergunto, muito concretamente, quando é que o Governo vai ter uma opinião, um pensamento, sobre aquilo que, sistematicamente e ao longo dos anos, vai aparecendo um pouco por todo o lado, sem que haja uma visão de conjunto sobre esta matéria.

Segunda questão, estamos perante um caso em que as populações contestam, e o Governo ouve! Nem sempre assim é! Como bem sabe, foi muito criticada pelas associações de defesa do ambiente, designadamente, uma medida que surgiu num dado momento e que correspondeu a uma limitação das audições públicas sobre alguns projectos, nomeadamente na fase de consulta pública. Como ainda não ouvimos o actual Governo anunciar alterações profundas neste domínio, gostaríamos de saber para quando é que as mesmas estão previstas.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, procurarei ser breve até porque, apesar da importância de algumas questões colocadas, nomeadamente a questão colocada pela Sr.^a Deputada Eulália Teixeira, as

duas primeiras intervenções limitaram-se, e muito bem, a avaliar a situação concreta do rio Bestança e, no caso do Sr. Deputado Anacoreta Correia, a lançar um desafio para que eu o visite. Devo dizer que terei muito gosto em fazê-lo. Infelizmente, não o conheço, mas ficará, com certeza, para breve.

A pergunta colocada pela Sr.^a Deputada Eulália Teixeira quase parece combinada. Digo isto porque está a decorrer, neste momento, no meu gabinete,...

O Sr. **António Costa** (PS): — Que coincidência!...

O **Orador**: — Não é, Sr. Deputado António Costa. De facto, não é! Há uma sintonia natural!...

Risos do Deputado do PS António Costa.

Mas, como estava a dizer, está neste momento a decorrer no meu gabinete uma reunião com a Direcção-Geral de Energia justamente sobre o tema das energias renováveis e sobre as avaliações de impactes ambientais em matéria de energias renováveis.

Temos de encontrar regras que não adiem, como diz a Sr.^a Deputada Isabel Castro, mas, antes, mantenham os prazos de discussão pública para que toda a gente possa pronunciar-se.

Devo, aliás, dizer, a propósito do que referiu a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que não foi exactamente porque as populações protestaram que o Governo decidiu como decidiu em relação ao Bestança. Acontece que nós também temos serviços técnicos, cujos pareceres acompanhamos, como sempre temos acompanhado, desde que chegámos ao Governo, todas as matérias que dizem respeito à avaliação de impacte ambiental. Não produzi até hoje (e tenho produzido dezenas) uma única declaração de impacte ambiental que não tenha respeitado o parecer dos serviços do Ministério do Ambiente. Aliás, é para isso que eles lá estão! E graças a Deus temos muitos e bons técnicos a fazer essas avaliações!

Mas, como já referi, está a decorrer neste momento uma reunião entre a Direcção-Geral de Energia e o meu Gabinete com vista a acertar os procedimentos em matéria de energias renováveis, porque a circunstância de termos, e bem, 22% do território nacional classificado para efeitos de protecção da natureza e da biodiversidade coloca, naturalmente, problemas não só no que diz respeito às mini-hídricas mas também no que diz respeito à instalação de parques eólicos, entre outros.

Existe, aliás, um programa que foi lançado — muito meritoriamente, há que reconhecê-lo — pelo governo anterior e que diz respeito às energias renováveis. Trata-se do Programa E4, um programa de estímulo às energias renováveis, programa esse que pretendemos manter e alargar. Mas, de facto, é preciso ter uma visão global e de conjunto sobre como devem ser licenciados os projectos de energias renováveis, não só os projectos das mini-hídricas mas também aqueles que dizem respeito a todas as energias renováveis. É disso que estamos a tratar! Penso que, de certa forma, isto responde à questão colocada pela Sr.^a Deputada Isabel Castro.

Quanto à questão dos períodos de discussão pública, devo dizer que todos eles têm sido cumpridos nos prazos

máximos previstos na lei, que são 60 dias, e, portanto, não há que ter qualquer tipo de receio em relação aos mecanismos de avaliação de impacte ambiental. No entanto, Sr.^a Deputada, gostaria de dizer-lhe que essa visão de conjunto tem de partir de linhas orientadoras que depois se concretizam caso a caso, como aconteceu em relação ao Bestança. Não podemos ter um padrão que funcione como que uma espécie de guia para decidir quais são os projectos que são viáveis e aprovados, quais devem existir e quais não devem existir. É preciso analisar a ponderação concreta entre o ganho em produção de energia eléctrica e a protecção dos valores naturais, o que é avaliado caso a caso. Isto não deixará de ser feito pelos serviços do Ministério do Ambiente, com todo o critério e competência, tal como tem sido feito até hoje.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, a próxima pergunta, sobre a introdução da educação sexual nas escolas e a aplicação da Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, vai ser formulada pelo Sr. Deputado Bruno Dias e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias para formular a pergunta.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a educação sexual nas escolas é uma das vias mais importantes para a prevenção de problemas gravíssimos que têm sido registados no nosso país.

Na verdade, Portugal destaca-se, desonrosamente, no quadro europeu, na gravidez na adolescência, na gravidez indesejada e no aborto clandestino. Destaca-se, também, no quadro europeu, não menos desonroso, que refere os casos de doenças sexualmente transmissíveis. Ora, é preocupante que esta situação se mantenha no nosso país.

Quando reflectimos sobre esta matéria, não podemos ignorar que o combate que é preciso travar passa, antes de mais, pela vertente da prevenção, da informação, da formação, da educação sexual.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Estamos perante uma flagrante necessidade do País, mas também perante uma reiterada reivindicação de estudantes e, inclusive, de pais e encarregados de educação, afirmada pelas suas associações representativas. Aliás, ainda esta semana, os estudantes do ensino básico e secundário voltaram a mobilizar-se para a luta, reafirmando esta reivindicação.

Mas se esta é uma necessidade do País e uma reivindicação de estudantes e encarregados de educação, não esqueçamos que é também matéria de lei da República, designadamente da Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, aprovada pelo Parlamento, regulamentada pelo Governo e a colocar a exigência do seu cumprimento, que está por fazer em tantos domínios.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que hoje é necessário fazer é a clarificação das intenções do actual Governo.

Estamos perante uma obrigação do Estado, que o Estado tem de concretizar. E a verdade é que até hoje, desde que o Governo tomou posse, nada de substancial foi avançado nesta matéria.

A indicação que temos é a de que não existe uma palavra sobre esta matéria no Programa do Governo, não existe uma referência nas Grandes Opções do Plano e «zero» no Orçamento do Estado. Se o silêncio do Governo é preocupante, torna-se indispensável perguntar o que vai, afinal, ser feito. A indicação que temos é a de que até Abril decorreu com normalidade, ainda que em número insuficiente, a formação de professores e o apoio técnico das escolas no âmbito dos protocolos entre o Ministério e as ONG.

Gostaria, pois, de saber: desde essa altura até agora, o que se tem passado a este nível? Que apoio está o Ministério a considerar atribuir às instituições com as quais tem compromissos e acordos para a importantíssima formação de professores?

A lei estabelece que a educação sexual deve ser prestada de modo transversal e em todos os graus de ensino. Que orientações, que medidas, foram tomadas? Que adaptações foram feitas nos currículos e nos programas? Que gabinetes de apoio abriram nas escolas? O que vai o Governo fazer, afinal, Sr.^a Secretária de Estado?

Não é aceitável que iniciativas e experiências importantes e significativas sejam abandonadas por falta de vontade política, por falta de recursos disponíveis.

Para quebrar tabus e vencer obscurantismos, para permitir a informação e promover a saúde, a escola é, sem dúvida, o espaço privilegiado na formação humana dos jovens cidadãos deste país. Serão eles, com a informação e o esclarecimento necessários, que poderão, também no âmbito da família, proporcionar a abordagem descomplexada, que tanta falta faz, para que se possa combater graves problemas de saúde sexual e reprodutiva e contribuir para um desenvolvimento pessoal mais saudável e mais feliz.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação (Mariana Cascais): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Dias, devo dizer que não é apenas a Lei n.º 120/99 que consagra a questão da educação sexual mas, sim, desde 1984, a Lei n.º 3/84, que consagra a obrigação do Estado para a educação sexual.

É evidente que, tal qual como as outras forças políticas, estamos preocupados com a questão da educação sexual. É evidente também que nesta matéria não somos obscurantistas, nem conservadores, nem temos tabus. A verdade é que, como sabe, estamos a reanalisar a revisão curricular do ensino secundário e, como tal, estamos a reanalisar tudo aquilo que é importante em termos do currículo para o ensino secundário.

Por outro lado, devo dizer que não alterámos nada daquilo que vinha do governo anterior. O governo anterior celebrou um protocolo com a Associação para o Planeamento da Família, protocolo esse que mantivemos

exactamente como estava. Assim, o que estamos a fazer é a manter aquilo que foi feito antes e a assegurar que, através da Comissão Coordenadora da Promoção e Educação para a Saúde, continue a mesma actuação que vinha sendo feita.

Isto significa, portanto, que a CCPES do Ministério da Educação tem os seus técnicos nas direcções regionais de educação e que são esses técnicos, em conjunto com a Associação para o Planeamento da Família, que se deslocam às escolas.

É evidente que o trabalho não tem sido o melhor. É evidente que esses técnicos têm de forma geral privilegiado todas as escolas que aderiram à rede de educação para a saúde, o que, do nosso ponto de vista, não é o mais correcto. Mas, como também é evidente, não vamos alterar aquilo que tem vindo a ser feito sem uma rigorosa e criteriosa avaliação desse trabalho. É, pois, isto que estamos a fazer neste momento.

Estamos a acabar de definir os critérios de avaliação do que tem vindo a ser a educação sexual nos últimos anos. Vamos fazer esse trabalho em conjunto com as direcções regionais de educação, com as associações de pais e com o Ministério da Saúde, através das administrações regionais de saúde.

Neste sentido, tentaremos reelaborar aquilo que for necessário, manter aquilo que estiver correcto e alterar aquilo que não estiver correcto.

A educação sexual continua nas escolas e para nós é tão importante quanto para os senhores.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, o que falta é concretizar! O que falta é tomar medidas! Foi essa crítica que apontávamos ao anterior governo. Porque a legislação está no papel, mas falta serem tomadas medidas e aprofundá-las. É esta crítica que mantemos em relação ao actual Governo, tendo em conta que é a Sr.^a Secretária de Estado quem afirma que vai manter aquilo que está a ser feito, o que é manifestamente insuficiente! É aí que quero chegar, Sr.^a Secretária de Estado.

Mais uma vez, chamamos a atenção para este aspecto fundamental: reavaliar e reanalisar não pode significar «abrir a porta» ao torpedeamento da lei,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... à inversão das perspectivas, ao «fechar a porta» do trabalho que, muito meritariamente, tem sido feito nesse sentido. Lembro a Lei n.º 3/84, que o PCP teve a iniciativa de propor a esta Assembleia, e a Lei n.º 120/99, que foi resultante de uma iniciativa do PCP. Por isso, a iniciativa na legislação é importantíssima. Agora, falta concretizar.

Pois bem, Sr.^a Secretária de Estado, tal como noutras ocasiões em que teve a oportunidade de intervir na sociedade portuguesa ao integrar movimentos que defenderam fervorosamente a importância e a virtude da educação sexual, quando o que estava em causa eram outras maté-

rias — e estamos a falar da interrupção voluntária da gravidez e da sua despenalização —, tem agora a oportunidade, mais, tem o dever de coerência e a obrigação de Estado de cumprir e concretizar este desígnio e de passar das palavras aos actos, concretizando estas medidas. Agora é que vamos ver, Sr.^a Secretária de Estado!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Não se esqueça que a suposta liberdade de escolha que alguns apregoam não tem nada que ver com a necessidade de garantir às crianças e aos jovens deste país o acesso à informação sobre a sexualidade humana, sobre a saúde sexual e reprodutiva. Não se esqueça que não se pode escolher, sem conhecimento.

É perigoso reanalisar e reavaliar no sentido de «vamos ver no que é que isto dá», porque, entretanto, a lei continua a não ser cumprida e, entretanto, as escolas continuam sem ver estas medidas concretizadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, vários factores concorrem actualmente para a necessidade, para a pertinência e, até, para a urgência da implementação da educação sexual nas nossas escolas. Penso que este entendimento é hoje consensual.

Estes factores vão desde o atraso estrutural que vivemos no nosso país e que é demonstrado, nomeadamente, através da taxa de analfabetismo, da taxa de iliteracia, da falta de informação generalizada, até à proliferação do acesso a informação descontextualizada, nomeadamente através das novas tecnologias de comunicação e informação, passando por aquilo que são actualmente os assustadores índices e números no que concerne às doenças sexualmente transmissíveis, desde logo a SIDA, onde, infelizmente, somos recordistas na União Europeia, pela já aqui referida taxa assustadora de gravidez na adolescência, onde, ao lado do Reino Unido, somos recordistas, nomeadamente no que diz respeito à gravidez indesejada, e pelo proliferar do recurso ao aborto clandestino no nosso país, que, naturalmente, também não está contabilizado, mas é do conhecimento público.

Portanto, julgo que a primeira conclusão que todos tiramos, e quanto a isso penso que não existem grandes divergências, é a de que os cidadãos portugueses, nomeadamente os mais jovens, têm direito à saúde sexual e reprodutiva.

Nesse sentido, o caminho é o da prevenção, que pode e deve, naturalmente, passar pela educação sexual nas escolas, para contribuir para uma formação integral dos nossos cidadãos, obviamente em paralelo com o contributo inestimável e inigualável que as próprias famílias podem ter nesse campo.

Contudo, julgo que a pergunta que hoje aqui se impõe relativamente a esta matéria é a de saber, se for esse o interesse generalizado da Câmara, se não devíamos fazer

um balanço daquilo que foi feito nos últimos anos, nomeadamente no que se refere à aplicação das leis, que vêm, como a Sr.^a Secretária de Estado disse — e bem —, desde 1984 e que foram reforçadas com uma nova lei em 1999.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Uma outra pergunta que se pode colocar, nomeadamente após o anúncio que ontem o Sr. Primeiro-Ministro fez nesta Câmara de abertura de um tempo para discussão pública da reforma curricular do ensino secundário, é a de saber qual é a abertura que o Governo tem para auscultar os parceiros e a sociedade, para, de uma forma integrada, todos contribuírmos no sentido de dar um passo para o desenvolvimento do nosso país, através da tal informação integral dos nossos cidadãos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.^a Sónia Fertuzinhos (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, em primeiro lugar, penso que seria útil dizer-nos hoje que tipo de educação sexual defende e como é que a concebe. Pergunto isto porque, normalmente, põe-se como primeira razão justificativa da educação sexual nas escolas a questão das doenças sexualmente transmissíveis e todos os aspectos negativos que daí decorrem.

Ora, eu gosto muito mais de falar da necessidade da educação sexual pelo lado dos afectos, pelo lado do relacionamento interpessoal, pelo lado da nossa capacidade de sermos melhores seres humanos e de nos compreendermos melhor como tal. Esta é a primeira questão que gostaria de lhe colocar.

Coloco-lhe esta questão também por uma outra razão: é que, de acordo com declarações suas à revista *Visão*, há uns meses atrás, manifestou a intenção de alterar as orientações técnicas para a educação sexual em meio escolar. Recordo que a base dessas orientações vem já de um trabalho iniciado com o então Ministro Roberto Carneiro, depois esse projecto foi concretizado — é verdade — pelos governos do Partido Socialista. Houve um projecto experimental de três anos em cinco escolas, que foi avaliado, e dessa avaliação resultou um documento com as linhas orientadoras, que é recente e que é consensualmente aceite no meio escolar, e que eu também considero bastante equilibrado e correcto.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não é verdade!

A Oradora: — É a minha opinião, Sr. Deputado! Na altura certa, dirá qual é a sua! Esta é a minha opinião!

É importante que nos diga aqui, hoje, qual é o sentido que pretende introduzir nas linhas orientadoras e qual é a avaliação e o estudo que estão na base dessa intenção de alterar este mesmo documento, uma vez que se trata de um documento novo que está nas escolas há apenas dois

anos lectivos e que, portanto, à partida, não necessitaria de ser alterado. Por isso, tem de haver alguma razão, fundamentada, estudada, avaliada, para esta sua intenção.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Disse também a Sr. Secretária de Estado que não concordava que se tivesse começado pelas escolas promotoras de saúde, se percebi bem. Qual é, então, a estratégia e que meios tem disponíveis para, de facto, estender a educação sexual a todas as escolas em Portugal?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, gostava de lhe lembrar inquéritos recentes sobre as práticas sexuais dos jovens portugueses. Esses inquéritos são muito reveladores, porque indiciam que a principal fonte de informação a que os jovens recorrem a propósito da sua sexualidade são os amigos, os grupos de pares. E toda a gente sabe que, apesar da enorme vantagem do convívio entre os grupos de pares, muitas vezes as informações que circulam são erradas, são baseadas em estereótipos, são baseadas em preconceitos, são baseadas em rumores, etc. Aliás, não é de admirar, porque nesse mesmo inquérito constata-se que mais de um terço dos jovens considera que relação sexual interrompida é uma forma de contracção.

Sr.^a Secretária de Estado, tendo em conta as posições do seu partido, o CDS-PP, que considera que a educação sexual nas escolas se deve subordinar claramente à educação sexual na família, tendo em conta as concepções de alguns sectores mais conservadores do PSD, designadamente do Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe perguntar se está disposta a permitir uma educação sexual nas escolas que tenha em conta os quotidianos juvenis, designadamente o facto de os jovens terem relações sexuais cada vez mais cedo, relações sexuais pré-conjugais, onde, na maior parte dos casos, como os inquéritos demonstram, o afecto está associado a essa relação sexual, e a sexualidade é uma forma de descobrir o próprio corpo e descobrir o outro.

Gostava também de saber se o Governo pretende, ou não, cumprir o projecto de resolução que a JSD aqui apresentou. A JSD não teve, provavelmente, margem de manobra para actuar com outra latitude devido precisamente às posições do Sr. Primeiro Ministro, mas trata-se de um projecto de resolução que, se fosse aplicado à letra, assim como a legislação existente, seria um avanço considerável. Diga-nos, Sr.^a Secretária de Estado, o que pensa a este respeito.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, antes de iniciar propriamente o meu pedido de esclarecimento, quero dizer que ainda é, e continuará a ser sempre, o CDS-PP que define a sua posição, não só sobre educação sexual mas também sobre qualquer outra matéria, e não é, com certeza, o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, com toda a amizade que lhe tenho, que o fará.

Em relação a esta matéria, aquilo que consideramos é que a educação sexual não é um fim em si mesmo. A educação sexual justifica-se exactamente por haver uma necessidade de, em meio escolar, transmitir não só informação como de ter um papel de intervenção junto dos jovens, para que eles possam abordar de uma forma muito mais consciente a sua própria sexualidade.

Não temos qualquer tabu, nem preconceito em relação a isso. Consideramos, obviamente, que essa educação sexual não pode ser leccionada num determinado sentido, não pode ter uma orientação moral, seja de uma moral mais próxima da nossa seja de uma moral completamente inversa à nossa. É isso que pensamos que não deve ser a educação sexual.

E fazemos uma análise consciente daquilo que se passou, por exemplo, no primeiro país da União Europeia em taxa de gravidez na adolescência, que é o Reino Unido — e dizemos muitas vezes que o nosso país é o segundo em gravidez na adolescência —, em que um estudo recente publicado no *British Medical Journal* diz que o projecto de educação sexual no Reino Unido não resultou. Não resultou e aconteceu o seguinte: apesar de haver muita informação, apesar de a informação ser muito aprofundada, apesar de os jovens terem acesso a essa informação, não se conseguiu reduzir as taxas de gravidez na adolescência e as doenças infecto-contagiosas contraídas pelos jovens.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O melhor é não dar informação!

O **Orador**: — Isto não nos faz desistir, não nos faz achar que a educação sexual deixou de fazer sentido, mas faz-nos pensar que temos de avaliar a forma como essa educação sexual é implementada.

Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, o que lhe pergunto muito simplesmente é o seguinte: qual é a situação do actual protocolo vigente para a educação sexual nas escolas, em termos de realização dos objectivos que estão inseridos nesse protocolo e em termos de custos, porque isso também é importante?

Gostaríamos também de saber se, de hoje para amanhã, podemos, para além deste protocolo,...

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, gostaríamos de saber se, para além deste protocolo, podemos ter outros e se podemos, definitivamente, não ter só uma visão da educação sexual nas escolas mas, sim, várias e se as pessoas podem escolher aquela que entenderem por melhor.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já estamos a perceber onde é que isto vai levar!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, até agora, a única informação que nos conseguiu dar sobre esta questão tão importante da educação sexual foi — e isso, inegavelmente, é positivo — que não anularam algo que vinha do anterior governo, que é a existência de um protocolo com a Associação para o Planeamento da Família.

No entanto, é evidente, para todos nós, que a educação sexual tem uma importância imensa, como já foi referido, na relação com o outro, na compreensão, nos afectos, no aprender a lidar com o corpo e, em última análise, em ajudar e contribuir a resolver problemas gravíssimos que também existem no nosso país e que não podem ser escamoteados, sendo que este não é, porventura, o primeiro objectivo da educação sexual, mas tem de estar presente, dada a enorme incompreensão que ainda existe em relação ao planeamento da família e à sexualidade, que se traduzem num número extremamente elevado de gravidezes precoces em adolescentes e em números assustadores de práticas sexuais não seguras.

Por isso, a pergunta que continua subjacente, não só para nós mas também para outras bancadas, é a de saber o que é que o Governo e o seu Ministério em concreto vão fazer, porque, como a Sr.^a Secretária de Estado bem sabe, não é a simples renovação do protocolo que resolve o problema e que deixa o Governo de consciência tranquila. O Governo tem de organizar o espaço escolar, tem de garantir gabinetes, tem de, numa perspectiva pluridisciplinar, dar conteúdo, dar sequência e, no fundo, trazer para a comunidade escolar aquilo que ainda não trouxe e que a lei lhe obriga a dar.

Portanto, é sobre todas estas questões em concreto, que têm a ver com os gabinetes, com a formação dos professores,...

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Termino já, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que é sobre todas estas questões em concreto, que têm a ver com os gabinetes, com a formação de professores, aspectos da exclusiva responsabilidade do Governo, que queremos saber o que é que vai fazer e qual é a sua concepção sobre tão importante matéria.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Educação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar responder com coerência àquilo que de essencial me foi perguntado, uma vez que há uma série de questões que se cruzam.

Relativamente à questão de o Governo ficar de consciência tranquila pelo facto de continuar o protocolo estabelecido pelo Partido Socialista, é evidente que o Governo está de consciência tranquila não por isso mas porque está a trabalhar e está a dar o seu melhor.

Manter o protocolo não tem a ver exactamente com uma questão de tranquilidade de consciência, tem apenas a ver com o facto de, em seis meses de Governo, não ser possível revolucionar ou alterar tudo aquilo que existe na educação e de ainda nem sequer termos a noção de tudo aquilo que está bem ou está mal. Tentámos, naturalmente, começar por aquilo que nos parecia mais urgente.

Por outro lado, entendemos, na sequência daquilo que foi dito pela Sr.^a Deputada do Partido Socialista, que o facto de haver um documento novo nas escolas não implica que ele seja bom. Há coisas novas que são boas, há coisas menos novas que também são boas e há coisas novas que não são tão boas!

Voices do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O que acontece é que entendemos que o protocolo vigente e o trabalho que tem vindo a ser feito, embora, naturalmente, com algumas vertentes positivas, não tem sido concretizado da melhor maneira.

Eu não disse que não concordava que se escolhessem escolas, eu não disse que não concordava que se fosse às escolas que integram a rede de escolas promotoras de saúde. O que eu disse foi que não havia necessidade de privilegiar essas escolas, porque o trabalho aí está feito; o que era preciso era que os técnicos, quer os da CCPEs quer os da Associação para o Planeamento da Família, se deslocassem e tentassem fazer um trabalho onde ele é necessário, que é onde ele nem sequer foi começado.

Outro aspecto que penso ser importante é que temos de ter em atenção, quando se fala de educação sexual, na generalizada falta de ética e de formação da grande maioria dos professores para abordarem estas matérias.

Os professores têm boas intenções, têm, naturalmente, a melhor boa vontade para trabalhar estas questões, mas não têm ainda a formação que é importante para tratar uma matéria desta natureza.

Entendemos que a educação sexual é dada no período de formação dos alunos. Ela vai incidir fundamentalmente na fase da adolescência que, como todos sabem, é uma fase que deve ser extremamente acautelada, no sentido de um crescimento harmonioso.

Em relação à necessidade que tivemos de manter o protocolo, expliquei antes que o mantivemos porque efectivamente não tivemos tempo para fazer a avaliação que é fundamental fazer-se. Mas sabemos desde já, e isso já tivemos tempo para constatar, que há falta de articulação, uma clara falta de articulação, entre a Associação para o Planeamento da Família e os técnicos do Ministério da Educação. Por outro lado, os técnicos que abordam quer alunos quer professores e, fundamentalmente, aqueles que trabalham com os alunos...

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, queiram fazer o favor de estar um pouco mais sossegados, porque há um ruído de fundo na Sala que está a perturbar a Oradora.

Faça favor de prosseguir, Sr.^a Secretária de Estado.

A Oradora: — Os técnicos que têm vindo a trabalhar nas escolas comprovadamente — e isto tem vindo a ser informado pelas próprias associações de pais — não atendem à problemática da faixa etária dos alunos; não atendem à sua origem sócio-económica; não atendem sequer à sua origem geográfica. Com certeza, temos todos a noção de que uma criança com 14 ou 15 anos, em Lisboa, tem uma noção totalmente diferente da educação sexual e da sua sexualidade da de uma criança de Freixo de Numão ou de uma aldeia transmontana qualquer.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, ainda, a maior parte da formação que tem vindo a ser dada aos alunos não atende às relações interpessoais e não atende aos afectos. É extremamente tecnicista e a terminologia utilizada escapa, na maioria dos casos, às crianças cuja idade não lhes permite aceder a essa terminologia.

Voices do PSD e do CDS-PP: — É verdade! Muito bem!

Protestos do PCP.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Isso é que é importante: saber quem são os técnicos!

A Oradora: — Além disto, entendemos que há outros assuntos, provavelmente de outra gravidade, que eu gostaria de não trazer aqui, mas que tenho de trazer, efectivamente. É que temos sido confrontados com uma situação frequente que é a de, estando embora consignadas no protocolo que mantemos com a Associação para o Planeamento da Família as deslocações, tal como os vencimentos dos técnicos desta Associação, muitas vezes são solicitadas verbas acrescidas às direcções regionais de educação para pagar deslocações, o que significa que, até ao nível da honestidade, da seriedade desse processo as coisas vão ter de ser revistas.

Protestos do PS, do PCP e do BE.

Relativamente ao projecto de resolução do PSD, gostaria de dizer que, na generalidade desse projecto de resolução — na generalidade, repito —, estamos de acordo com aquilo que é proposto.

Contudo, há duas ou três situações que eu gostaria que fossem, também elas, reflectidas pelo PSD, tal como nós iremos tentar reflectir sobre isso. Uma delas prende-se com a autonomia das escolas e com aquilo que seria o ideal, mas que não é possível...

Voices do PSD: — Exactamente!

A Oradora: — ... e neste momento nem sequer seria correcto, ou seja, que cada escola construísse no seu projecto educativo a sua própria orientação para a educação sexual. Entendemos que, neste momento, as escolas portu-

guesas, os professores portugueses, os conselhos executivos das escolas não têm preparação para o fazer. Cabe, por isso, ao Ministério da Educação definir critérios orientadores, com base naquilo que consideramos ser a ética e a moral que devem presidir a estas matérias.

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. José Magalhães (PS): — Há aí um *lapsus linguae*!

A Oradora: — Entendemos, também, no caso das grávidas — e isto voltando ainda ao projecto de resolução do PSD — que será importante apoiar as jovens, que será importante incentivá-las a manterem-se na escola; mas entendemos também que o facto de ser solicitado um apoio específico no âmbito da aprendizagem, no âmbito do rendimento escolar para essas alunas, isso só deve acontecer se, efectivamente, for manifestamente necessário e não pelo facto de as jovens estarem grávidas.

Vozes do PS e do BE: — Ah!...

Vozes do PCP: — Já estamos a ver no que isto vai dar!

A Oradora: — No resto, portanto, naquilo que é a generalidade, estamos de acordo com esse projecto de resolução.

Penso que terei respondido basicamente àquilo que era essencial. Agradeço o facto de terem feito as perguntas e penso que terei esclarecido, praticamente, tudo aquilo que foi solicitado.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa, porque ou há um problema meu de interpretação, ou foi dito algo gravíssimo que, julgo, não pode ficar à espera da leitura do *Diário da Assembleia da República* para sabermos se foi dito.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Foi, foi!

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Portanto, a questão em concreto é esta: pareceu-me que a Sr.^a Secretária de Estado da Educação, entre muitas outras coisas cuja discussão nos poderia levar muito longe, terá referido, em dado momento, «falta de ética» em relação aos professores.

Vozes do PS: — Foi, foi!

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Eu gostaria de saber se foi exactamente isto que eu ouvi ou não, porque isto é gravíssimo.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Fica registada a interpelação.

A segunda interpelação é da Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira. Tem a palavra.

A Sr.^a Maria de Belém Roseira (PS): — Sr. Presidente, a minha interpelação é no mesmo sentido, uma vez que penso que se terá tratado de um manifesto lapso da Sr.^a Secretária de Estado da Educação, e gostaria de dar-lhe a oportunidade de corrigi-lo, uma vez que em momento algum, com certeza, se poderá pensar que os professores tenham falta de ética para abordar esta matéria.

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Por outro lado, também me pareceu que a Sr.^a Secretária de Estado da Educação terá referido falta de honestidade por parte de organizações não governamentais,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não disse, mas é verdade!

A Sr.^a Maria de Belém Roseira (PS): — ... que penso que também deve ser um manifesto lapso, uma vez que, na primeira parte das suas respostas, a Sr.^a Secretária de Estado terá referido que pretendia manter e nos mesmos termos em que tinha sido protocolado, aquilo que está estabelecido com a Associação para o Planeamento da Família, a cuja acção este País muito deve,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é uma intervenção!

A Sr.^a Maria de Belém Roseira (PS): — ... no sentido de que as consequências de toda a vicissitude deste processo...

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr.^a Deputada, o que V. Ex.^a está a fazer não é uma interpelação à Mesa, é uma intervenção. Uma interpelação à Mesa versa sobre a actuação da Mesa e a Sr.^a Deputada não está a referir-se a qualquer actuação da Mesa.

Protestos do PS.

A Sr.^a Maria de Belém Roseira (PS): — Sr. Presidente, deixe-me só, então, referir que era para a Mesa, por favor, dar a oportunidade à bancada do Governo, para explicitar e corrigir estes lapsos manifestos. Muito obrigada!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Também é uma intervenção?

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Não, não é uma intervenção, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, embora, de facto, de cada vez que a Sr.^a Secretária de Estado da Educação vem a esta Casa, se gere um *happe-*

ning, mas um *happening* pelos piores motivos, infelizmente! Pelos piores motivos!

Eu gostava de pedir à Mesa para fazer um protesto: eu sou professor...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Este protesto significa que já não bastam as condições deploráveis em que muitos professores exercem a sua actividade, já não basta o alto nível de desemprego docente a que assistimos, temos ainda de assistir à desfaçatez da Sr.^a Secretária de Estado da Educação de vir com acusações gratuitas, no que diz respeito àquilo que é a conduta dos professores, que no seu dia-a-dia se debatem com tão grandes dificuldades, num terreno tão difícil como o da educação sexual, para o qual manifestamente este Governo não lhes dá condições!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Como os Srs. Deputados sabem, a Mesa não tem poderes para obrigar a Sr.^a Secretária de Estado da Educação a responder, mas, se quiser responder, a Sr.^a Secretária de Estado pode pedir a palavra...

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra, Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que, enfim, pode ser uma sina minha ou uma sina dos Srs. Deputados, o facto de se gerarem estas situações.

A primeira coisa que gostaria de dizer-lhes é esta: é da conduta deste Governo confiar nos professores, é da conduta deste Governo apoiar os professores, e o estatuto do aluno que aguardamos que rapidamente seja visto...

Vozes do PS e do PCP: — Ah!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Perderam uma boa oportunidade para estar calados!

A Oradora: — ... é uma prova de que, efectivamente, consideramos o papel dos professores.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Oradora: — Em segundo lugar, gostaria de dizer que, naturalmente por falta de traquejo da Assembleia, não costumo jogar com as palavras, mas é uma coisa que se aprende.

Eu queria dizer que há, de facto, da parte da generalidade dos professores, falta de formação — ao resto, já lá vamos! Não falei de falta de honestidade...

Vozes do PS: — De ética!

A Oradora: — ... da Associação para o Planeamento da Família; disse que há, de facto, procedimentos no seio da APF, como há no seio de todas as organizações — quer gostemos disso quer não — alguns elementos que têm menor honestidade.

Vozes do PS e do PCP: — Quem são?

Oradora: — Porque nós sabemos (e os senhores sabem, porque fizeram o protocolo) que há pedidos concretos de elementos que trabalham junto das escolas e solicitam o pagamento de deslocações que já lhes são antecipadamente pagas.

Uma outra questão que eu gostaria de referir é que também sou professora, Sr. Deputado João Teixeira Lopes...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — ... e também fui professora do ensino básico e do ensino secundário. Tenho muito gosto nisso e penso que aprendi muito, durante esse período da minha vida.

Mas o facto de eu ter sido professora ou de o senhor ser professor ou de milhares de portugueses serem professores, não nos dá o direito de considerar que a classe dos professores é intocável, porque o não é: é exactamente como outra qualquer!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Também gostaria de dizer, em relação à falta de ética: eu não quero dizer que os professores não têm ética...

Vozes do PS: — E então?

A Oradora: — ... quero dizer que a ética também se aprende...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

A Oradora: — ... e que a falta de formação, muitas vezes, está subjacente a outras questões que passam exactamente por aí.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — O Sr. Deputado João Pinho de Almeida pediu a palavra para que efeito?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Sobre que ponto da actuação da Mesa, Sr. Deputado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é verdadeiramente sobre a condução dos trabalhos, embora como os outros Deputados me apetecesse fazer uma intervenção, neste momento.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A questão é simples, Sr. Presidente: já ontem aconteceu, durante o debate com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, que, várias bancadas nesta Assembleia usaram as diversas figuras regimentais para fazerem...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Chicana!

O **Orador**: — ... coisas completamente diferentes das figuras regimentais que invocaram. Ontem, foram pedidos de defesa da honra sucessivos, para fazerem segundas, terceiras e quartas intervenções; hoje, assistimos a pedidos de interpelação à Mesa, para fazerem segundas intervenções e a pedidos de interpelação à Mesa...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E esta «interpelação», o que é?

O **Orador**: — ... até para formular protestos.

Sr. Presidente, quero dizer que a bancada do CDS-PP pede à Mesa da Assembleia da República que seja tão rigorosa quanto possível no cumprimento das figuras regimentais invocadas. Tão simples quanto isto e tão só isto!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, quero dizer-lhe uma coisa: quando um Sr. Deputado pede a palavra, a Mesa não tem quaisquer elementos para saber o que é que o Sr. Deputado irá dizer. Portanto, tem de ouvi-lo e só depois disso é que pode dizer se efectivamente foi uma interpelação ou não — e a Mesa fez isto, depois de ouvir, disse: isto não é uma interpelação!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E disse muito bem!

Vozes do PS: — Mas tem de dizer que ele também não fez uma interpelação!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Até não dei a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Educação por minha iniciativa, porque não sou uma «caixa de correio» para passar as palavras dos Deputados para o Governo e quando a Sr.^a Secretária de Estado pediu a palavra, não

lhe podia recusar. Portanto, considero extemporânea a sua intervenção.

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

Srs. Deputados, ficou encerrada esta questão.

Vamos agora passar à próxima pergunta, dirigida ao Ministério das Finanças, sobre a Loja do Cidadão de Coimbra — previsão da entrada em funcionamento e serviços que integra —, que será formulada pelo Sr. Deputado João Rui de Almeida, do Grupo Parlamentar do PS, e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública.

Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. **João Rui de Almeida** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública, a Loja do Cidadão, como V. Ex.^a tem conhecimento, foi institucionalizada em Outubro de 1997, por resolução do conselho de ministros, estando o seu objectivo central bem sintetizado no texto da mesma que diz que «visa a prestação célere e personalizada num único local público de um conjunto de serviços de atendimento ao público».

Foi uma iniciativa com muito êxito, insistentemente reclamada pelo público em geral, que se deveu aos governos do PS. Quero destacar, em particular, o papel importante que teve o ex-secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia.

Hoje em dia, encontram-se em funcionamento seis Lojas do Cidadão — em Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Viseu e Setúbal — e penso que brevemente também entrará em funcionamento a dos Restauradores, em Lisboa.

Em Dezembro de 2001, efectuou-se uma escritura pública de arrendamento para a Loja do Cidadão de Coimbra e, passado quase um ano, é natural que tenhamos algumas dúvidas e reservas, porque não há sinais visíveis de qualquer evolução, parecendo mesmo que a Loja do Cidadão em Coimbra está parada.

Perante esta ausência de informação e não havendo sinais visíveis, mesmo em Coimbra, da evolução deste processo, as questões que queremos colocar a V. Ex.^a relativamente à Loja do Cidadão em Coimbra são as seguintes: quando é adjudicada esta obra? Para quando está previsto o seu início? Quais as razões do atraso verificado? Certamente, a Sr.^a Secretária de Estado terá essas informações, que não conhecemos, por isso estamos a colocar essa questão... Quais as valências que estão previstas para a Loja? Finalmente, para quando está prevista a sua abertura?

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Administração Pública** (Suzana Toscano): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Rui de Almeida, o projecto da Loja do Cidadão é, sem dúvida, um projecto com êxito, tem tido uma forte adesão das populações e já está implantado nessas seis localidades que referiu. Além disso, iremos abrir, ainda este mês, conforme previsto, a Loja dos Restauradores.

Quanto à Loja de Coimbra, gostaria de dizer-lhe que já estamos na fase de adjudicação das obras de adaptação do interior do edifício, que já estão acertadas as presenças de 14 serviços nessa Loja e que, de acordo com o nosso projecto, prevemos que a Loja abra ao público em Maio, com todos os serviços representados.

Gostaria, no entanto, de dizer-lhe, Sr. Deputado, que — não estando em causa o projecto, e muito menos o de Coimbra que, como disse, está já em plena execução — as Lojas do Cidadão têm de estar adaptadas a cada um dos locais onde se implantam. Não é indiferente abrir-se uma Loja em Coimbra ou em Lisboa.

É preciso que haja um trabalho muito grande de coordenação com os serviços representados, para que a Loja possa, realmente, cumprir os objectivos a que se destinou, que não eram só — embora isso fosse muitíssimo importante — a criação de um serviço de atendimento directo, fácil e cómodo para o cidadão, mas também de um meio de racionalização, no que respeita à presença de muitos serviços públicos em determinados locais.

As Lojas do Cidadão não alcançarão a plenitude dos seus objectivos se nelas não existir uma concentração física dos serviços e um relacionamento entre os mesmos que permita uma prestação de qualidade. Nós estamos muito empenhados em que as Lojas do Cidadão evoluam para um modelo cada vez mais perfeito desse ponto de vista.

Teremos sempre de ter em conta as questões orçamentais e o custo que implica a abertura de uma Loja, mas sobretudo que a verdadeira valia do projecto das Lojas do Cidadão se traduz numa concentração, numa racionalização e num modo simples de prestar serviço aos cidadãos.

É este o nosso projecto e é este caminho que estamos a prosseguir.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública, é evidente que registo de forma positiva que assumiu aqui o compromisso — e ao assumi-lo aqui assume-o publicamente — de que em Maio abrirá a Loja do Cidadão em Coimbra, embora me pareça um tempo um bocadinho distante, mas, enfim, são uma resposta e um compromisso concretos.

Referiu que a Loja vai ter 14 serviços. Se pudesse, gostaria que mencionasse ou especificasse quais.

No entanto, gostaria de acrescentar uma questão à primeira que lhe coloquei.

Nós temos alguma preocupação visto que da proposta de PIDDAC para 2003 desapareceram todas as outras Lojas do Cidadão que estavam previstas para algumas capitais de distrito, nomeadamente para Castelo Branco, Vila Real, Évora e Beja. E, como a Sr.^a Secretária de Estado também disse que o Governo tem uma apreciação positiva desta iniciativa do anterior governo, gostaria de saber o que é que isso significa. Significa que não se vão concre-

tizar? Significa que deixaram de pensar na criação de Lojas do Cidadão nas restantes capitais de distrito?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Coleta.

O Sr. Miguel Coleta (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública, quero começar por saudá-la pela boa nova que nos trouxe hoje relativamente à concretização daquilo que é um anseio de há longo tempo da população de toda a região do distrito de Coimbra.

Quero também saudar o Sr. Deputado João Rui de Almeida, felicitá-lo pelo seu empenho, agora demonstrado, na defesa dos interesses da região e agradecer-lhe a amabilidade de ter colocado esta pergunta.

E, Sr. Deputado, gostaria de deixar aqui algumas interrogações relativamente a este processo.

O Sr. Deputado disse-nos que Maio era um tempo algo distante, mas parece-me que 1997 é um tempo ainda bem mais distante. Portanto, gostaria de saber por que é que a Loja do Cidadão em Coimbra, que foi anunciada logo no início, em 1997, como sendo uma das Lojas prioritárias na concretização deste projecto, é uma das últimas a abrir, ou seja, por que é que apenas cinco anos depois temos a oportunidade de concretizar este projecto. Não compreendo, tendo V. Ex.^a feito parte do governo, que à data não tenha mostrado o mesmo vigor na defesa desses interesses.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Exatamente!

O Orador: — Gostaria ainda de deixar aqui mais algumas interrogações. Por que é que foi escolhido aquele sítio em particular? Será que toda esta demora, todo este tempo, teve alguma coisa que ver com a necessidade de concretizar a instalação da Loja naquele preciso prédio? Será que estivemos à espera que aquele preciso prédio fosse construído para se instalar lá a Loja?

Por que é que foram rejeitadas outras hipóteses, como, por exemplo, o edifício dos CTT, que fica na mesma rua, a 100 metros daquela localização, e que estava perfeitamente equipado e preparado para instalar a Loja do Cidadão? VV. Ex.^{as} rejeitaram esse edifício, sabe-se lá com que custo!

Gostaria de saber quanto é que custa a manutenção desta Loja e quanto é que custaria se ela tivesse ficado no edifício dos CTT, que não é propriamente uma «empresa do Uganda»... mas, sim, uma empresa do Estado português e ainda que se houvesse de pagar alguma retribuição pelo uso das instalações, ela ficaria sempre dentro do Estado e seria utilizada na defesa do interesse público.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Exatamente!

O Orador: — São estas as interrogações que aqui gostaria de deixar, mas termino com uma nota positiva e com uma saudação à Sr.^a Secretária de Estado, por ter resolvido este problema e por mostrar que neste momento está

preocupada em otimizar o funcionamento destas Lojas, porque elas foram criadas para concentrar serviços e não para multiplicá-los — é um processo muito complexo.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, ultrapassou em muito o seu tempo!

O **Orador**: — Sr. Presidente, vou terminar. Peço desculpa.

Na mesma rua onde vai abrir a Loja do Cidadão em Coimbra existem outros serviços, portanto esse esforço de racionalização tem de ser feito, pelo que compreendemos inteiramente a atitude do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública, no quadro desta pergunta que foi colocada e do tema que estamos a abordar, e, de certa forma, na linha da parte final da intervenção do Sr. Deputado João Rui de Almeida, gostaria de dizer que foi com alguma estupefacção que em Leiria assistimos ao eclipse total da Loja do Cidadão.

E o espanto é tanto maior quanto se sabe que havia, no caso concreto de Leiria (e esse conheço-o pessoalmente e bem, porque acompanhei-o de perto), empenho da própria câmara municipal em encontrar instalações, porque se sabia que em Leiria era muito difícil conseguir encontrar instalações adequadas em dimensão e em localização.

Por isso, em 2001 houve uma primeira inscrição no PIDDAC, que transitou para 2002, porque manifestamente (e isso foi reconhecido por todas as partes, inclusive pela câmara municipal, que neste quadro é insuspeita de fazer qualquer frete ao anterior governo) havia um entendimento de que não era possível resolver esse problema. Penso que em 2002 ainda não foi possível resolvê-lo, por isso seria natural que essa verba tivesse transitado, ainda que com pena nossa, para 2003, dado que essa é uma das reivindicações de região de Leiria, que tem o dinamismo que tem e a que alguém, que hoje pertence ao Governo de V. Ex.^a, já chamou «um gigante económico e um anão político».

Para Leiria deixar de ser esse tal anão político de que querem apelidá-la, talvez fosse importante que ela tivesse um instrumento como a Loja do Cidadão, que traz eficácia e eficiência. E, no caso concreto de Leiria, sem prejuízo de outras regiões do País, dados o dinamismo empresarial e a capacidade empreendedora da região, é um dos serviços cuja instalação é mais premente e importante.

Portanto, as questões que quero colocar-lhe são as seguintes: por que razão se eclipsou do PIDDAC esta Loja do Cidadão, como outras que foram aqui referidas? Foi devido ao problema das instalações? Se foi por isso, penso que esse problema não justificaria o desaparecimento dessa verba do PIDDAC, mas apenas a sua transição para o ano 2003, até porque é um mau precedente tirá-la do PIDDAC.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, faça o favor de terminar.

O **Orador**: — Termina já, Sr. Presidente.

Gostava ainda que me dissesse se houve alguma mudança de estratégia nesta matéria? Ou será que há algumas regiões onde as Lojas do Cidadão vão avançar — de que é exemplo a Região Autónoma da Madeira, onde a Loja do Cidadão do Funchal está a avançar — e outras que, talvez por não terem o mesmo peso político, não terão essa possibilidade nesta fase?

Muito obrigada, Sr.^a Secretária de Estado, pelos esclarecimentos que há-de dar.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública, quero colocar-lhe uma questão muito simples que se prende com os trabalhadores dos Serviços de Identificação Civil das Lojas do Cidadão. Como sabe, eles vivem uma situação extremamente precária, sem qualquer perspectiva de progressão na carreira, e gostaria de saber se este Governo pretende honrar os compromissos do governo anterior no que diz respeito à sua situação laboral e às suas legítimas expectativas não só de terem um emprego estável como uma carreira reconhecida.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Pública.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Administração Pública**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar responder às questões que aqui foram levantadas.

Gostaria de sublinhar que as Lojas do Cidadão, tal como muitos outros serviços e muitas outras acções de prestação de serviços de qualidade e de melhoria da administração pública que gostaríamos de desenvolver, bem como o ritmo a que gostaríamos de desenvolvê-los, estão necessariamente condicionados à existência de cobertura orçamental, isto é, de disponibilidades financeiras.

É evidente que o Governo teria o maior interesse em manter no PIDDAC todos os projectos anteriormente falados e muitos outros que também gostaríamos de desenvolver. Acontece que o exercício de definição de prioridades é talvez dos mais difíceis, primeiro, de fazer, depois, de explicar caso a caso.

Gostaria de salientar que não houve desistência de nenhum projecto, mas, tal como tem sido muitíssimo explicado nestes últimos dias, a propósito da proposta de lei do Orçamento do Estado, foi absolutamente necessário reprogramar algumas das actividades. Mas não houve desistência assumida nem prevista de nenhuma delas.

Agora, temos de nos conformar com as disponibilidades que temos e há um aspecto que quero salientar: é que não basta abrir Lojas do Cidadão ou inscrevê-las no PIDDAC! Hoje, já temos seis Lojas, teremos, muito brevemente, oito, com a dos Restauradores e a de Coimbra, mas temos outros projectos de atendimento ao cidadão que vão

desenvolver-se (são os postos de atendimento ao cidadão), estamos também a trabalhar num outro projecto, com o IGLC, de utilização da *Internet*, de desenvolvimento de serviços de atendimento utilizando as novas tecnologias e todos estes projectos visam garantir uma maior aproximação do Estado aos cidadãos e uma maior comodidade na prestação dos serviços.

A Loja do Cidadão representa, de facto, um serviço de grande visibilidade pública, e também teríamos, obviamente, todo o interesse em construí-las e em dar-lhes maior visibilidade, mas a verdade, Srs. Deputados, é que temos de acautelar a qualidade dos serviços prestados e o modo como podemos garantir essa melhoria.

Portanto, atendendo às nossas disponibilidades orçamentais, também tem de ser encarada, e muito seriamente, a garantia de que os serviços, de que hoje já dispomos e que já constituem um grande avanço em relação ao que existia antes, sejam melhorados e optimizados, dado que as pessoas têm de poder contar com eles não só numa base de visibilidade no momento da inauguração mas numa base de qualidade. E essa, hoje, é uma exigência crescente dos cidadãos, inclusivamente em relação ao próprio projecto das Lojas do Cidadão.

Gostaria ainda de dizer, pois penso que, há pouco, não fui suficientemente explícita que o próprio modelo de Lojas do Cidadão e o seu desenvolvimento implicam que se orientem as coisas de uma forma um pouco diferente, de modo a que não sejam apenas um *front office* de multiplicação de serviços mas que desenvolvam um trabalho que, embora não tenha visibilidade pública, é fundamental, que é o trabalho de concertação entre os serviços que nela estão representados, de modo a que não seja preciso abrir tantos postos de atendimento quantos os serviços a prestar.

Queremos evoluir para a prestação de serviço com base no evento, de modo a que o cidadão possa, cada vez mais, ter um serviço cómodo e, se possível, mais económico para o Orçamento do Estado. É esta a nossa aposta, é este o nosso grande esforço — será menos visível politicamente, mas é, certamente, muito mais consistente e eficaz em relação ao cidadão, com a máxima cautela na utilização dos recursos públicos.

Para terminar, é evidente que esta melhoria da qualidade e a nossa preocupação com o desenvolvimento dos serviços nas Lojas do Cidadão implicam, necessariamente, que haja também um esforço em relação ao pessoal que nelas presta serviço, não só no que diz respeito à sua formação como também à sua estabilidade de emprego. E é conhecido publicamente que este Governo entende que não é possível recorrer sistematicamente ao contrato a termo certo ou a formas precárias de contratação para resolver os seus problemas imediatos.

As Lojas do Cidadão desenvolveram-se, muitas vezes, com base em contratos a termo certo, depois convertidos em contratos administrativos de provimento, pelo anterior governo, o que significa que os problemas não ficaram resolvidos.

Nós, para a abertura da Loja do Cidadão do Éden estamos a fazer um esforço enorme — e, devo dizer, com bastante sucesso — para que, no âmbito da mobilidade interna, os postos de trabalho possam ser assegurados por pessoas já detentoras de vínculo. Trata-se de um esforço no sentido de que a relação de trabalho nas Lojas do Ci-

dadão seja, ela também, uma relação transparente e definitiva e que permita tirar, de facto, o máximo proveito e o máximo conforto do que é a Loja do Cidadão, não só pelos cidadãos mas também por quem lá trabalha.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Exatamente!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, sobre a renovação da frota que assegura a ligação fluvial Lisboa-Barreiro, a qual vai ser formulada pelo Sr. Deputado Aires de Carvalho e será, depois, respondida pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Tem a palavra, Sr. Deputado Aires de Carvalho.

O Sr. **Aires de Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O aumento de qualidade nos serviços prestados aos utentes que, diariamente, se deslocam, por via fluvial, entre as margens Barreiro-Lisboa passa, a meu ver, pelo seguinte: reforço da circulação dos barcos rápidos; integral renovação da frota; introdução de melhorias nas instalações da estação fluvial do Barreiro, bem como nas acessibilidades, numa dinâmica de aproximação dos utentes dos transportes públicos àquela estação.

Igualmente num quadro desejável de aumento de qualidade na prestação de serviços aos utentes, chegou a estar perspectivada, na área comercial do terminal rodo-ferro-fluvial, a construção de uma creche/jardim de infância.

Ainda com o objectivo de reduzir a pressão do trânsito sobre o centro da cidade, chegou a ser equacionada a criação de um novo terminal fluvial, junto à doca de sólidos, na Quimiparque, já que esse equipamento serviria melhor as populações de Lavradio e Baixa da Banheira.

Estas questões, que se inserem num quadro de desenvolvimento da rede de transportes e acessibilidades na Área Metropolitana de Lisboa, incluí-as, eu próprio, num requerimento dirigido ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, em 12 de Junho do corrente ano.

Da resposta recebida, saliento dois aspectos contraditórios: o primeiro, claramente positivo, foi a celeridade na resposta, o segundo, foi a frustração que constituiu o seu conteúdo.

Ficámos a saber do atraso na vinda dos catamarãs, o que, conjugado com as últimas afirmações da nova administração da Soflusa, no sentido de que só começarão a operar com o número mínimo de quatro, significa que, no melhor dos casos, só começarão a funcionar em Junho de 2004. Quero, pois, de V. Ex.^a, um breve comentário a esta questão.

Por outro lado, e já que o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação refere ainda que a construção de uma creche/jardim de infância na área comercial do terminal é considerada positiva, gostava de saber qual é hoje o ponto da situação ou a decisão sobre esta matéria.

A finalizar, e no quadro da possibilidade de um novo terminal na Quimiparque, que também é considerado bom mas que, na resposta de V. Ex.^a, a que já me referi, se

remete para uma decisão após estudos de mercado, pergunto: esses estudos já foram feitos? Quais os resultados? Qual a decisão?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. **Secretário de Estado dos Transportes** (Francisco Seabra): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Aires de Carvalho, respondendo à sua pergunta, as ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa são, neste momento, asseguradas por uma frota de oito navios da Soflusa, acrescida de dois navios da Transtejo, os quais estão afretados para serviços nas horas de ponta.

Estão encomendados sete navios novos — sete catamarãs —, num processo que já tem, enfim, o seu historial e que, certamente, conhece, sendo a data de entrega do primeiro navio o próximo mês de Janeiro. Segundo as últimas informações, segundo o último calendário, será possível termos os três primeiros catamarãs a funcionar em Novembro do próximo ano. Portanto, neste momento, é esta a situação.

Havia uma proposta, da parte da administração da Soflusa, no sentido de serem utilizados catamarãs da Transtejo, ao serviço da Soflusa, entre o Barreiro e o Terreiro do Paço, mas essa proposta foi reequacionada e, por razões operacionais, técnicas e, sobretudo, de segurança, dadas as condições actuais do terminal fluvial do Terreiro do Paço, considerou-se adequado não fazer essa utilização dos catamarãs da Transtejo.

Em relação aos estudos de mercado que referiu, eles serão feitos no quadro da empresa Soflusa e, neste momento, não foram ainda iniciados mas, com certeza, farão parte do programa de trabalhos do próximo ano.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Aires de Carvalho.

O Sr. **Aires de Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, não será tanto para replicar mas para, de alguma forma, tirar algumas dúvidas relativamente àquilo que o Sr. Secretário de Estado acabou de referir, designadamente, à questão da entrega do primeiro catamarã em Janeiro do próximo ano.

Sr. Secretário de Estado, pode concluir-se que não é credível a informação que, neste momento, circula, de que apenas se tornará operativa a travessia com os novos catamarãs quando totalizarem o mínimo de quatro? Pergunto isto porque há notícias de uma reunião havida entre a nova administração da Soflusa e o actual Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, onde a questão foi referida nos seguintes termos: efectivamente, manter-se-ia a chegada do primeiro catamarã em Janeiro ou Fevereiro de 2003 mas só começariam a operar quando tivessem totalizado o mínimo de quatro. Ora, como o mínimo de quatro, no calendário previsto, só estará disponível no primeiro semestre de 2004, daí a minha questão.

Por outro lado, outra dúvida que quero tirar tem a ver, necessariamente, com a ausência ainda dos estudos que deverão ser desencadeados relativamente à construção ou à possibilidade de utilização de um novo terminal fluvial —

e o Sr. Secretário de Estado confere isso — e à construção da creche/jardim de infância. O que pergunto é se não há ainda notícias sobre essa questão.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, milhares de pessoas, diariamente, fazem a travessia Barreiro-Lisboa por barco. Cada trajecto dura 30 minutos, ou seja, cada pessoa gasta 1 hora do seu dia nesta travessia, em embarcações velhas e sem um mínimo de condições. É, normalmente, o primeiro ou um dos dois ou três transportes públicos que cada pessoa, que se desloca para o seu trabalho ou para a sua universidade, tem de apanhar.

A qualidade dos transportes públicos é não só necessária como fundamental para quem, diariamente, tem de fazer essa travessia. A qualidade do serviço prestado tem de ser melhorada e o tempo de duração do trajecto, de facto, precisa de ser reduzido.

Em relação ao diagnóstico, julgo que todos estamos de acordo. Há muito que o PSD defende esta necessidade.

Por isso, quero dar as boas-vindas ao Deputado Aires de Carvalho e ao Partido Socialista à discussão deste tema dos catamarãs, principalmente pela forma como o faz.

Risos da Deputada do PS Celeste Correia.

Pensei que fosse, porventura, o Sr. Deputado Jorge Coelho a intervir sobre esta matéria, porque foi o Deputado Jorge Coelho que, em 7 de Junho de 2000, enquanto ministro do anterior governo, afirmou que as viagens iriam ser mais rápidas, a ligação passaria a fazer-se em menos de 20 minutos e isso sucederia em 2001, porque o seu governo era um governo que se preocupava com as pessoas.

O Sr. **Fernando Pedro Moutinho** (PSD): — Ele disse isso?!

O **Orador**: — Isto depois de uma promessa que vinha desde 1995!...

Passou-se 1995, passou-se 1996, passaram-se esses anos todos e nada! Em 2000, novamente muito *show-off* mas, mais uma vez, nesta matéria, nada! Agora, em relação a este tema, como a muitos outros, surgem os Deputados do Partido Socialista, neste caso, eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal, a exigir a este Governo que fizesse em seis meses aquilo que eles não fizeram em seis anos. Parece-me que é preciso um grande descaramento, uma grande «lata»!... Mas, naturalmente, as pessoas estão atentas e, na altura certa, saberão dar resposta em relação a tudo isto.

Tudo chegou, como disse o Sr. Deputado, a ser equacionado, mas nada chegou a ser feito, rigorosamente nada! Falam das coisas, mas, na prática, nada fazem para que elas aconteçam.

O apelo que faço ao Sr. Secretário de Estado é que, em vez de *show-off*, como no passado, faça, de facto, obra, deixe um cunho pessoal, deixe marcas que possam ser sentidas pelas pessoas.

A pergunta que deixo vai no sentido de saber se o Sr. Secretário de Estado está em condições de assegurar que, com este Governo, a travessia fluvial se fará mais rapidamente e com maior comodidade, ou seja, se com este Governo vamos ter, finalmente, as novas embarcações.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, depois da calorosa recepção que o Sr. Deputado Bruno Vitorino fez ao Deputado Aires de Carvalho e ao Partido Socialista, nesta Casa, cabe-me, em nome do PCP, dar as boas-vindas a ambos pela adesão à reivindicação...

Risos do PCP, do PS e de Os Verdes.

... por melhores condições dos transportes fluviais entre o Barreiro e Lisboa.

É a terceira vez que assistimos ao adiamento desta tão importante e urgente solução de navios mais rápidos para a ligação fluvial em causa. E nesta matéria de adiamentos, em termos de governação, é verdade que o anterior governo PS ainda está a ganhar por «2 a 1» ao actual Governo. Mas às populações, aos utentes apenas interessa que este «jogo» acabe rapidamente!! Esperamos desde o ano 2000 que se tomem medidas concretas! E elas são mais do que necessárias, já que perto de 40% do tráfego fluvial para Lisboa se faz por esta via, que é um elemento estruturante para a mobilidade das pessoas na Área Metropolitana de Lisboa. Não está apenas em causa a população do Barreiro na sua ligação a Lisboa; o que está em causa é a ligação de vários concelhos da margem sul a Lisboa!

E mais, Sr. Secretário de Estado: um jovem barreirense que frequente a Universidade em Almada, para se deslocar para o seu local de estudo tem de apanhar o barco para Lisboa, o barco para Almada e o autocarro para a Universidade. É esta a ligação de transportes públicos que temos na margem sul.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É uma vergonha!...

O **Orador**: — É essa a única alternativa viável de transporte público, tanto para Lisboa como para Almada.

No entanto, a falta de qualidade do transporte é flagrante. A maior parte dos navios tem mais de 40 anos — não é a única linha onde isto acontece — e as condições de conforto e de rapidez são simplesmente deploráveis. E é nestas condições que a grande maioria dos utentes deste serviço vai continuar a atravessar o Tejo. A mudança estrutural dificilmente será conseguida com um ou dois navios mais rápidos.

Sr. Secretário de Estado, não concorda que a mudança estrutural se consegue com a renovação estrutural da frota e que essa, se tudo correr bem, só ocorrerá lá para meados de 2004? A mudança estrutural não se consegue também com a diversificação dos cais de acostagem, com uma oferta mais ampla de destinos, que permita chegar mais rapidamente aos locais? Está ou não o Sr. Secretário

de Estado preocupado com a possibilidade real — a informação provém dos seus serviços — de encerramento da linha Barreiro-Parque das Nações?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, creio que a estação fluvial do Barreiro é o melhor exemplo da pouca inter-relação existente entre as diferentes modalidades de transporte. Senão, vejamos: quem vai de carro até ao barco, para depois fazer a travessia para Lisboa, muitas vezes desiste por falta de condições de estacionamento e acaba mesmo por vir de carro até Lisboa; quem vai até ao barco de autocarro, o mais certo, fundamentalmente no Inverno, é chegar encharcado; o comboio não me parece uma alternativa de chegada.

Aliás, não sei se alguma vez o Sr. Secretário de Estado fez a viagem ferroviária de Setúbal, ou mesmo de outras estações mais próximas, para o Barreiro, mas faça-a, para ver o tempo que demora e as condições em que se viaja até ao barco do Barreiro,

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É uma aventura, Sr. Secretário de Estado.

A **Oradora**: — Portanto, a única alternativa será mesmo o uso do transporte individual.

Assim, relativamente à questão das condições existentes na prática, gostava de saber não só que medidas pretende tomar mas também para quando prevê uma alteração de circunstâncias na estação fluvial do Barreiro.

Por outro lado, é um facto que os transportes fluviais, nomeadamente os que fazem a travessia do rio Tejo, têm perdido utentes e não há dúvida, Sr. Secretário de Estado, que a rapidez é uma forma de aliciar à utilização destes transportes. É, aliás, uma questão fundamental que precisa de ser tida em conta.

Mas eu gostava de levantar aqui uma outra questão, que tem a ver com a segurança dos utentes durante aquela viagem. Estamos a falar de uma frota antiga em que, de acordo com o levantamento feito pela Associação Nacional de Bombeiros, o material de salvamento não está sequer, muitas vezes, identificado, os coletes de salvação, nomeadamente nas horas de ponta em que a lotação é uma realidade, podem não chegar para todos e em que o acesso a esse material é frequentemente impossibilitado, dada circunstância de estarem oxidados os fechos dos locais onde se encontram guardados.

Enfim, a Associação Nacional de Bombeiros fez o levantamento de um conjunto de perigos com que, de facto, os utentes se confrontam neste transporte e era também sobre essa matéria em concreto que gostava de ouvir o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que foram aqui levantadas questões do maior interesse, algumas das quais, com certeza, irei abordar na resposta à pergunta que se seguirá.

Precisaria ao Sr. Deputado Aires de Carvalho que, e de acordo com as informações da empresa, entrarão em funcionamento três catamarãs — não quatro — no fim do próximo ano, entrando os restantes quatro em serviço no primeiro semestre de 2004.

Relativamente às questões levantadas sobre o interface do Barreiro, penso que elas são da maior equidade e terão de vir a ser abordadas necessariamente. No contexto do sistema de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, onde nos preparamos para avançar com medidas que vão, fortemente, no sentido de uma articulação do sistema, as interfaces terão, com certeza, a maior das atenções. E isso ocorrerá também quanto aos aspectos de segurança, onde creio haver muita coisa a fazer. Neste momento, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação está a fazer um levantamento de toda a situação de segurança nestas empresas de transporte público, que abrangerá, com certeza, o transporte público fluvial.

Quanto à questão dos adiamentos, este calendário da entrega dos catamarãs foi o primeiro que recebemos e podem crer que tudo faremos, como é evidente, para acompanhar este processo e para que não haja mais adiamentos na entrega dos barcos.

Sr. Deputado Bruno Vitorino, quero dizer-lhe que iremos, com certeza, fazer tudo para que a travessia Barreiro-Lisboa, tal como as outras travessias fluviais, venham a decorrer nas melhores condições para os utilizadores. Portanto, é nossa preocupação privilegiar este modo de transporte na relação entre as duas margens desta grande «cidade», pois creio que hoje podemos assim considerar o conjunto das aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, vamos passar á sétima pergunta, que versa sobre as medidas que serão adoptadas para promover o uso dos transportes colectivos e que será formulada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, na perspectiva de cumprimento do Protocolo de Quioto, Portugal comprometeu-se, no âmbito da União Europeia, a aumentar em 27% as suas emissões de gases com efeito de estufa, sendo que, no conjunto da União Europeia, o objectivo era a sua redução em 8% — isto entre 2008 e 2010, com valores de referência de 1990. Neste momento, a meta do aumento dos 27% está, em muito, ultrapassada.

Ora, uma investigação produzida pela Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa deu-nos conta de que se nada for feito, entre 2008 e 2010, em vez de 27% de aumento de emissões de gases com efeito de estufa atingiremos qualquer coisa como um pouco mais de 50%. Esta investigação dizia ainda que o sector dos transportes era um dos principais responsáveis por essas emissões e que é, naturalmente, uma área de intervenção prioritária. Há, pois, a necessidade de fazer uma aposta séria

no fomento do transporte colectivo e de transportes não poluentes e abandonar o transporte individual.

Entretanto, um relatório da União Europeia deu-nos conta de que Portugal foi o País dessa organização que mais aumentou as suas emissões de gases com efeitos de estufa, precisamente no sector dos transportes. Ou seja, parece que, afinal, estamos a fazer tudo ao contrário. Se olharmos os dados publicados, verificamos, que, por exemplo, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto os transportes públicos, à excepção do Metro, têm perdido milhares de passageiros e os carros invadem cada vez mais as cidades.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a propósito da «Semana da Mobilidade», fez declarações, que foram tornadas públicas, no seguinte sentido: «A questão não é o que o Ministério do Ambiente vai fazer mas o que vai conseguir que os outros ministérios façam.»...

Ora, como estou perante o Secretário de Estado dos Transportes, quero perguntar, precisamente na óptica do cumprimento do Protocolo de Quioto e das metas que nos comprometemos atingir entre os anos de 2008 e 2012, que estratégia existe afinal no sector dos transportes, nomeadamente nos grandes centros urbanos, se este vai sofrer alguma alteração na sua tendência e nas consequências que tem, que lhe permita contribuir significativamente para a redução das emissões de gases com efeitos de estufa.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia: Não posso deixar de dizer que comungo da sua preocupação com estas questões do ambiente e dos transportes. Aliás, tive a oportunidade de, há cerca de uma semana, presidir, no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, ao lançamento de um grupo de trabalho que se dedica precisamente à temática de relação ambiente/transportes, grupo esse que, aliás, já tinha algum tempo de actuação e produzido algum trabalho, que consideramos teórico. Tive, então, a oportunidade de pedir-lhes que fossem mais precisos, que trabalhassem mais no sentido da quantificação para podermos abalancar-nos a traçar objectivos e metas concretas de actuação neste domínio.

Não escondo que preparei a resposta a esta sua pergunta numa outra óptica que, julgo eu, responderá também às suas preocupações, porque é a óptica da orientação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação para o transporte público, um dos seus objectivos de actuação.

E desde logo quero chamar a atenção para o seguinte facto: o investimento público nos Metros e nos caminhos-de-ferro, os meios de transporte essencialmente amigos do ambiente, será, pela primeira vez desde há largos anos, superior, em 2003, ao investimento público nos sistemas rodoviários. Representarão cerca de 56,4% das verbas previstas para as infra-estruturas de transportes. Julgo que esta é bem uma prova do interesse e do empenho deste Governo na área dos transportes públicos.

Gostaria também de dar um outro enfoque a esta questão: não se trata apenas de investimento. Partindo da convicção, que julgo partilhada, de que, hoje, os transportes públicos podem caracterizar-se pela desarticulação existente, vamos colocar como primeira preocupação em todas as nossas acções, as que já estamos a tomar e as que iremos tomar, a articulação e o funcionamento em rede dos transportes públicos. De uma forma objectiva, queremos sistemas articulados do ponto de vista administrativo-institucional e foi para isso que apresentámos, no dia 18 de Setembro, o pedido de autorização legislativa relativo às áreas metropolitanas.

Mas queremos também continuar com a reformulação da regulamentação do transporte automóvel. Neste aspecto, permita-me chamar a atenção para a importância de uma maior participação, entrosamento e partilha de responsabilidades com as autarquias locais, que controlam aspectos de gestão da via pública e de estacionamento essenciais para um melhor desempenho dos transportes públicos. Queremos sistemas articulados do ponto de vista modal, e interfaces do ponto de vista físico, onde muito se fez desde o início da década de 90, mas onde é necessário fazer mais, sobretudo no tocante à gestão dos interfaces, à articulação dos horários, à informação ao público.

Finalmente, quanto ao aspecto tarifário, onde, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, estamos a apoiar fortemente o avanço dos projectos de bilhética, não apenas para um operador, não apenas para dois operadores, mas para todo o conjunto do sistema de transportes de cada uma destas áreas metropolitanas.

No entanto, neste momento, elegeria como primeira e mais importante medida da nossa actuação — e é uma medida que não tem gastos acrescidos — o esforço que estamos a fazer junto dos operadores e, nomeadamente, junto dos operadores tutelados no sentido de, de novo, se articularem, de funcionarem em rede. Estamos, sabemos, com isto a contrariar uma cultura instalada nas empresas viradas para si próprias, mas muito interessadas, é certo, nos seus clientes. Entendo que foi feito por empresas individuais um esforço muito grande nesse sentido. Mas isso não basta! Agora, queremos que estas empresas estejam viradas para as necessidades das pessoas e da comunidade. Creio que é nesta mudança de atitude que estará a diferença.

Esse será, com certeza, o nosso caminho.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a sua resposta deixou-me preocupada porque pareceu-me — e parece-me legítimo concluir através dela — que não existe uma estratégia deste Governo no sector dos transportes naquilo que concerte ao combate às alterações climáticas e ao cumprimento do Protocolo de Quioto. É que existe um prazo definido muito concreto entre os anos 2008 e 2012. E não ouvi o Sr. Secretário de Estado, na resposta que deu, falar em prazos e em medidas concretas com prazos estipulados. Portanto, fico com esta preocupação concreta.

Por outro lado, de facto, o Sr. Secretário de Estado tem razão. Teorias já há bastantes, preocupações todos temos, do que necessitamos é de medidas concretas e não apenas de intenções.

Já agora gostava de referir um estudo que foi produzido há dois anos, onde se concluía que ao redor de Lisboa e do Porto, por exemplo, de quase todos os pontos se chegava mais depressa, ainda assim com as longas filas de espera, se chegava mais depressa de transporte individual do que por transporte colectivo. Porque de facto essa intermodalidade não existe e é uma questão fundamental.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Parece mentira, mas é verdade!

A Oradora: — Por outro lado, a regularidade dos transportes é também outra questão fundamental; os horários compatíveis é uma questão fundamental; e a oferta de preços convidativos é também uma questão fundamental.

Então, agora, vamos às medidas concretas deste Governo, já tomadas nestes seis meses, Sr. Secretário de Estado; determinadas empresas que diminuíram substancialmente a regularidade dos seus transportes; por outro lado, aumento dos transportes públicos e dos títulos desses transportes públicos — não apenas o aumento desses transportes através do aumento do IVA mas também através do aumento de facto do título desses transportes; passes e bilhetes intermodais não são uma realidade.

Pergunto-lhe, então, Sr. Secretário de Estado: estas medidas aliciam os utentes à utilização do transporte público? Isso é que é fundamental perceber! Como é que este Governo pensa que se aliciam os utentes, as pessoas que se transportam em carro individual para Lisboa, para o Porto ou para outra cidade qualquer? Como é que se aliciam os potenciais utentes para a utilização dos transportes públicos?

Só há uma resposta, Sr. Secretário de Estado: com um sistema eficaz de transportes públicos e para isso necessitamos de medidas e de prazos concretos. E temos um prazo estipulado claramente, que é 2008 e 2012. E o Sr. Secretário de Estado não me deixou descansada com a resposta que deu relativamente a esta matéria.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pergunta que aqui foi colocada pelo Partido Ecologista Os Verdes tinha a ver com o uso dos transportes colectivos. O Partido Ecologista Os Verdes optou por fazer uma pergunta relativamente a aplicações de natureza ambiental na área dos transportes. No entanto, há uma matéria, em termos de questões ambientais, que o Partido Ecologista Os Verdes não referiu e que penso está, efectivamente, na vontade e no programa deste Governo.

Este Governo aposta efectivamente no transporte colectivo que, se for bem sucedido, já contribui em muito para a redução das emissões para a atmosfera. E isso é possível se houver um bom planeamento, se houver uma boa articulação entre os modos de transporte, se houver efec-

tivos interfaces e se houver comodidade para os utentes, para os passageiros dos modos de transporte. Só assim, efectivamente, poderemos encontrar aquilo que serão as respostas às necessidades das pessoas.

Sinceramente, não acredito que quem possa ter alternativa utilize transportes colectivos se não forem assegurados horários certos, que sejam cumpridos à risca, boas articulações e pouco tempo de espera entre os modos de transporte. E para isso, os interfaces são decisivos.

O Governo, recentemente, pediu a esta Assembleia uma autorização para legislar sobre as autoridades metropolitanas de transporte. Ora, essa autoridade é decisiva para implementar uma estratégia eficaz no diálogo com os operadores privados e públicos. Portanto, é necessário que o Governo agora dê conclusão a esta autorização legislativa publicando o decreto-lei e permitindo que entre em funções a comissão instaladora das autoridades metropolitanas de transporte.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só participa a Câmara de Lisboa!

O **Orador**: — Simultaneamente a isto, é preciso saber também o que é que o Governo vai fazer com a Lei de Bases do Sistema dos Transportes Terrestres.

Portanto, são duas medidas de natureza legislativa que são importantes para o conjunto do planeamento e, sobretudo, da articulação e para dotar efectivamente os transportes colectivos de capacidade de atracção da população, que hoje não nos usa porque não tem encontrado a melhor resposta às suas necessidades e aos seus percursos.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, temos tendência para falar normalmente nas questões da mobilidade, limitando-nos, única e simplesmente, às grandes questões que dizem respeito às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

No entanto, as questões de mobilidade não dizem só respeito a estas áreas metropolitanas, mas também à rede de cidades médias que temos no País e onde é cada vez mais difícil circular.

É esta a questão que lhe quero colocar aqui, hoje, Sr. Secretário de Estado. Temos um País que, nos últimos 40 anos, cresceu ao nível das cidades médias muito, o que criou problemas de circulação dos transportes internos nesses mesmos espaços urbanos.

No plano de desenvolvimento regional e, posteriormente, no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano, V. Ex.^a e o seu Ministério apresentaram algumas propostas concretas que vão para a criação de silo-autos, de espaços de estacionamento para a compatibilização dos diversos transportes, mas parece-me que faltam algumas coisas.

Uma questão importante que me parece ausente do debate é a que tem a ver com a relação institucional entre o seu Ministério, o Ministério da Economia e o Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente, no que diz respeito à valorização do uso de energias alternativas nos transportes. Esta questão foi levantada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, mas não está aqui ainda respondida.

Aquilo que lhe pergunto especificamente, Sr. Secretário de Estado, é: quais são as políticas concretas do Governo para intervir decisivamente nos espaços urbanos emergentes na rede de cidades médias que temos no País e que, hoje, têm esse problema com muita acutilância e com muita preocupação? Que tipo de transporte o Governo está apostado em criar nessas mesmas áreas urbanas?

Que caminho vai fazer com as autarquias locais no sentido de se criarem redes de transportes urbanos que não tenham os mesmos problemas que, hoje, temos nos grandes centros urbanos e que permitam valorizar aquilo que é a grande preocupação do Partido Ecologista Os Verdes, que é a utilização de energias mais limpas?

Não temos, efectivamente, Sr. Secretário de Estado, uma estratégia que valorize, por exemplo, o GPL, o gás natural ou outras energias, que possam ser introduzidas nos instrumentos de transporte nas nossas cidades de natureza média, alargando-se também esta questão aos grandes centros urbanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, sabemos que, em Portugal, é do sector de transportes que sai a fatia fundamental das emissões de gases poluentes, mais do que do sector da indústria e mais do que o sector da energia.

O parque automóvel duplicou nos últimos 25 anos, em Portugal, sendo certo que mais de um terço das famílias portuguesas não tem viatura própria e depende dos transportes públicos. Se já este ano, por duas ocasiões, as tarifas neste sector sofreram aumentos, podemos concluir que não é desta forma que se vai conseguir incentivar a utilização do transporte colectivo, tendo em conta que a lógica do serviço público cada vez mais dá lugar à lógica do serviço privado e do lucro.

O resultado é a degradação do serviço das zonas periféricas. E este serviço, Sr. Secretário de Estado, é fundamental para evitar a utilização do transporte individual, porque quem utiliza o carro para sair da sua casa até ao interface mais próximo pode faltar-se, um belo dia, e decidir seguir viagem de carro até ao centro da cidade. Esta é uma experiência conhecida.

Aliás, é assim que se consegue chegar a este triste panorama da inversão dos índices de transporte público e de transporte individual, em que a utilização do transporte público passou de 51% para 38% de utilização e a do transporte individual disparou de 49% para 62%, em Portugal.

Se temos esta preocupação ao nível da situação que existe em Portugal, o Orçamento do Estado — que algumas vezes têm dito que saúda o investimento nos transportes amigos do ambiente — privilegia o investimento em linhas de alta densidade. E posso dar-lhe vários exemplos de introdução das linhas subsidiárias a essas linhas de alta densidade, Sr. Secretário de Estado: Tercena, Barcarena, Terrugem, Queijas, Charneca da Caparica (esta na margem sul)... Estas zonas são terrivelmente servidas por transportes públicos e as pessoas que aí vivem não conseguem chegar ao comboio ou ao barco, como se percebe.

A introdução do perverso conceito de subsidiar em função da procura é algo que vai trazer terríveis consequências para o abandono a prazo dos serviços que tenham menor taxa de retorno financeiro.

Havia muito a dizer, mas só para terminar: o Sr. Secretário de Estado referiu o investimento nos sistemas de transporte como superior ao que se verifica na rede viária. Pois claro! Mas não é alheio a esse facto o investimento na construção rodoviária ter caído 35% este ano e na conservação ter caído 20%. Assim, não é fácil.

Se o problema é mais visível nas áreas metropolitanas, não podemos ignorar que no interior do País o transporte colectivo encara perspectivas nada brilhantes. O transporte ferroviário nas linhas regionais cai este ano um terço do investimento do ano passado.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É verdade!

O Orador: — Uma queda de 31%, que é altamente preocupante. Desse ponto de vista, consagra-se que há transportes colectivos de primeira e transportes colectivos de segunda, o que não podemos admitir.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, conto com a sua preocupação continuada para abordarmos estas questões no decorrer do tempo, porque, da nossa parte, os prazos serão, com certeza, cumpridos. E, como lhe disse, haverá medidas concretas.

O Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho falou — e bem! — nas autoridades metropolitanas de transporte. Quando apresentámos o pedido de autorização legislativa, fizemo-lo com o objectivo de ter, no próximo ano, comissões instaladoras destas autoridades. Vai ser um processo gradual. Não tenho a mínima dúvida de que não vai conhecer resultados imediatos. Mas vai ser antecedido e acompanhado por nós sem qualquer hesitação, com a implementação de medidas, e não recorreremos a desculpas do género «estamos à espera das autoridades metropolitanas de transportes». Não! Nós estamos a actuar. Dou-lhe dois exemplos concretos: face a um projecto de bilhética integrada, em Lisboa, que estava limitado ao Metropolitano e à Carris, tomámos a iniciativa de, desde já, mobilizar todos os operadores públicos da Área Metropolitana de Lisboa no sentido de integrarem de imediato este sistema

e, também, no de se concertarem com os operadores privados para integrá-los neste sistema.

Com certeza não ficaremos à espera da autoridade metropolitana de transportes para tomar iniciativas.

De igual modo, esta semana, tomei a iniciativa de convocar de novo os operadores para os pôr a trabalhar em conjunto em acções de *marketing* de transporte público, imagem de transporte público e informação ao público.

Não é concebível que os operadores continuem a encarar os seus serviços apenas do ponto de vista do serviço que prestam; têm de prestá-lo em termos de rede à disposição do público. As pessoas precisam de uma rede de transportes, não precisam do serviço do operador A ou B.

Contudo, estas coisas não têm resultados perfeitos e imediatos. Temos consciência disso, mas, como dizia há pouco, é uma mudança de atitude.

De igual modo, claro que, no nosso plano de trabalhos, está a revisão da lei de bases. Não escondo que é uma tarefa que vai levar-nos algum tempo e que, neste momento, nem sequer calendarizo. No próximo ano, avançaremos com os trabalhos de revisão do Regulamento de Transporte Automóvel e, também, no sentido de contemplar as cidades médias.

Portanto, o Sr. Ministro já anunciou que, para além das criação das autoridades metropolitanas de transportes, iríamos propor uma forma de organização para as aglomerações de média dimensão, sobretudo as que envolvem mais do que um concelho, visto que, neste momento, quando os transportes apenas dizem respeito a um único concelho, existe já uma forma de redes municipais de transportes, como é o caso das magníficas redes de Aveiro e de Coimbra, que terão as suas dificuldades, mas que, do ponto de vista da organização, dão uma boa resposta.

Vamos, pois, actuar no domínio da legislação e da regulamentação, mas também no apoio que a Administração Pública pode dar, não só às cidades de média dimensão mas relativamente a uma questão que, hoje, surge cada vez mais.

Um dia destes, estive em Trás-os-Montes e verifiquei que há uma concentração da população nas sedes de concelho e que as redes de transportes existentes até agora deixaram de estar adequadas, o mesmo se verificando no Alentejo.

Portanto, através da DGTT (Direcção-Geral dos Transportes Terrestres), estamos a apoiar a introdução de inovações nas redes de transporte, como o recurso a táxis colectivos, a redes de transporte de baixa capacidade. Nestes domínios podemos ter uma acção de apoio, que já temos e continuaremos a desenvolver.

O Sr. Deputado falou no uso de energias alternativas nos transportes.

Ora, há um programa, que já existia, que vamos continuar a apoiar e a desenvolver, no sentido da divulgação dos veículos eléctricos e dos veículos a gás. Aliás, tive o prazer de estar presente em algumas apresentações de veículos desse tipo e de reflectir sobre as preocupações com as questões da poluição.

Nesta matéria, não posso prometer muita coisa. É evidente que se trata de uma questão que terá de ser concertada com os meus colegas do Ambiente e da Economia no sentido de verificar se podemos avançar neste domí-

nio. Mas também aqui a iniciativa privada e as autarquias locais têm muito a fazer.

A este propósito, devo dizer que muitas destas coisas começam com pequenos passos e, depois, como dizia o poeta, «o caminho faz-se caminhando».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já que não há transportes...!

Risos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O **Orador**: — Em termos de transportes, há várias modalidades, desde andar a pé até andar de autocarro ou utilizar o transporte individual...!

Esta é, pois, a resposta que tenho a dar às questões que me foram colocadas.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, sobre o quartel de bombeiros de Vila Franca de Xira, que é dirigida ao Ministério da Administração Interna.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. **Fernando Pedro Moutinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira está presentemente a realizar obras de construção do novo quartel desta instituição, projecto que, obviamente, é importante para a melhoria da sua capacidade operacional, nomeadamente em resposta aos vários acidentes que ocorrem e para enfrentar problemas na área da protecção civil e da protecção de vidas e bens. Mas, pelos vistos, existem problemas que não eram previsíveis. Assim, passo a citar parte da carta que esta instituição enviou ao Grupo Parlamentar do PSD.

«O Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações (GEPI) informou que a liquidação da segunda fracção de financiamento para a construção do novo quartel só virá a ter lugar durante o primeiro trimestre do próximo ano, ao contrário do previsto no protocolo assinado pelo responsável daquele Gabinete.

Este protocolo, saliente-se, previa a concretização do pagamento desta segunda fracção em princípios do mês de Maio».

Nesta mesma carta, refere ainda aquela Associação de Bombeiros que «a decisão agora tomada por aquela entidade cria uma situação insustentável a esta Associação».

Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado, estas preocupações são sinceras e genuínas.

Como é possível o Estado, através da Administração Central, não ter capacidade para satisfazer estes compromissos no ano 2002?

Assim, solicito a V. Ex.^a que preste um esclarecimento, claro e objectivo, que permita compreender as causas da situação que acabo de referir e relativamente à solução para este impasse.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna** (Luís Pais de Sousa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar esta minha intervenção, congratulando-me com a circunstância de poder usar da palavra nesta Casa, agora em veste de membro do Governo, eu, que, durante alguns anos, tive a honra de ter exercido as funções de Deputado eleito.

Dito isto, e passando a responder à pergunta que me foi colocada pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, farei algumas considerações de ordem geral e, depois, debruçar-me-ei, em particular, sobre o que estou em condições de informar o Sr. Deputado e a Câmara relativamente ao quartel da Associação de Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira.

É sabido — e esta nota é preliminar — que herdámos muitos problemas no Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna.

Esses problemas são, desde logo, relacionados com gestão financeira e com a forma como se processavam os protocolos que eram celebrados com várias entidades — autarquias e, neste caso, também com associações de bombeiros voluntários. Tenho comigo mais de 40 protocolos, celebrados pelo GEPI com câmaras municipais e com associações de bombeiros voluntários.

Quero dizer que, em geral, o Governo entende que esses protocolos constituíam meras declarações de intenção. Nesse sentido, não eram totalmente sérios porque, normalmente na sua cláusula terceira, faziam depender a concretização da matéria protocolada da existência de disponibilidade orçamental e, ainda, de uma calendarização efectiva. Daí que tenham sido assinados sem informação de cabimento por parte da contabilidade, ou seja, não havia uma cativação de verbas. No fundo, a cabimentação era efectuada à medida que surgiam as chamadas ordens de pagamento.

Quero, ainda, informar o Sr. Deputado e a Câmara de que, para satisfazer a totalidade dos compromissos assumidos pelo governo anterior nos protocolos já assinados ao abrigo do chamado subprograma I, que exclui as chamadas TMS, seria necessária, para os próximos três anos, uma dotação anual, em PIDDAC, da ordem de 5 milhões de euros.

Acresce que, relativamente ao PIDDAC para 2002, se é verdade que a diferença entre a dotação inicial, de cerca de 48,265 milhões de euros, e a dotação corrigida, de 34,040 milhões de euros, resulta do chamado congelamento de verbas efectuado, há que salientar que a dotação relativa a 2001 foi absorvida...

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Sr. Secretário de Estado, já ultrapassou largamente o tempo de que dispunha. Peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Sr. Presidente, passo, então, à questão mais concreta.

Perante a actual falta de disponibilidade de dotação no PIDDAC para 2002, lamento ter de informar o Sr. Deputado e a Assembleia da República de que, antes de Janeiro/Fevereiro de 2003, não é possível promover o pagamento das participações financeiras em causa já protocoladas.

Com efeito, no PIDDAC para 2003 — aí, sim! —, estão inscritas as verbas e as dotações necessárias, pelo que prevemos o pagamento daquelas participações durante o primeiro trimestre do ano que vem.

Por fim, quero anunciar à Câmara que está a ser revista toda a matéria relativa a protocolos e, de futuro, vai haver um novo modelo de protocolo que dará prioridade à chamada área operacional dos quartéis das associações de bombeiros e, entretanto, transitaremos para uma gestão financeira objectiva pois, de facto, não se pode continuar a protocolar obras sem a correspondente cabimentação.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. **Fernando Pedro Moutinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a sua informação contribuiu para um profundo sentimento de frustração perante a situação para que este país foi arrastado na área da Administração Interna.

Como é possível que, em 2002, tenhamos chegado ao ponto de haver protocolos assinados que, afinal, não tinham cabimentação financeira, inclusive, não tinham previsão a nível orçamental para poderem ser suportados, enquanto nós andávamos «cantando e rindo» — e peço desculpa pela expressão —, a pensar que o Estado era sério quando celebrou estes protocolos?

Significa isto que quem celebrou estes protocolos com o Estado foi induzido a fazê-lo «sem rede», ou seja, não havia garantias para o futuro.

O Sr. Secretário de Estado trouxe-nos um panorama ainda mais grave do que aquele que pensávamos existir nesta área. Confesso que fiquei ainda mais preocupado.

No entanto, devo dizer que, se estou de acordo em que, no futuro, estes protocolos têm de ser celebrados com outra atitude por parte da Administração Central, exactamente para que quem os celebra saiba que está a lidar com uma pessoa séria, neste caso, o Estado, não posso compreender o que se passou.

Assim, peço-lhe que, na sua resposta final às perguntas que lhe forem feitas sobre esta matéria, nos deixe uma visão claríssima sobre o que efectivamente se passa nesta área em relação ao GEPI, aos protocolos que foram celebrados e em que é que os mesmos consistiam.

Então, há 40 protocolos sem cobertura orçamental?! É possível isto, Sr. Secretário de Estado?! É possível termos chegado a este ponto?! E o que acontece àqueles que cumpriram religiosamente as suas obrigações para com o Estado?

Este caso, que trouxe hoje para debate, é o de uma entidade que não está a pedir mais dinheiro ao Estado e que cumpriu a sua parte perante o Estado. Ora, aquilo que se pede ao Estado, naquilo que são as obras com contingências orçamentais, é que ele consiga também honrar as expectativas e a boa fé de todos aqueles homens que confiaram no Estado, que devia ser uma pessoa de bem.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, na verdade, o que está aqui em causa, no caso concreto, é um atraso com gravidade na construção do novo quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, que, sendo necessário como é, mereceria uma atenção da parte do Governo, do ponto de vista político e do ponto de vista orçamental, mesmo para o ano de 2002.

É evidente que não vou contestar os problemas administrativos a que o Sr. Secretário de Estado se referiu, mas o problema aqui é político: é o de saber se há vontade política do Governo para não parar esta obra e não pôr em causa a continuidade rápida de uma obra que é fundamental para as populações daquele concelho e para as populações abrangidas pelos valiosos serviços prestados pelos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira.

De resto, é curioso que o Sr. Secretário de Estado tenha dito que os protocolos que estavam assinados implicariam uma verba de 5 milhões de euros, nos próximos três anos. Devo dizer que nós tentámos dar uma ajuda nessa matéria, porque, para o Orçamento do Estado que está em vigor, apresentámos uma proposta de reforço de verbas de mais 1 milhão de euros, em PIDDAC, para a construção de quartéis de bombeiros em várias localidades, que, aliás, obteve o voto favorável do PSD e do CDS-PP — imagine, Sr. Secretário de Estado!

Portanto, o que se pretende agora é que se mantenha este compromisso político, assumido tanto pelo PSD como pelo CDS-PP nesta Assembleia em Orçamentos anteriores (nomeadamente, no Orçamento agora em vigor), e que, independentemente dos problemas administrativos que agora referiu, seja já prestada a contribuição financeira que o Estado deve aos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, porque essa é a forma de melhor defender o interesse público e de honrar os compromissos em presença.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, saudando-o na sua vinda ao Parlamento e a propósito da questão colocada, gostaria de dizer que, a meu ver, este é um problema eminentemente político. Há um equipamento que faz falta e há, diz o Sr. Secretário de Estado, constrangimentos orçamentais. Porém, não pode deixar de discutir-se esta questão, não só porque vai haver atraso mas também porque esse atraso tem um significado e um custo que não é, pura e simplesmente, aceitável fazer recair sobre os bombeiros voluntários.

É evidente que há juros que serão devidos ao empreiteiro e custos pela paragem e que a soma de tudo isso não é difícil de fazer. Portanto, para nós, a opção é entre viabilizar ou não uma obra cuja paragem terá não só custos sociais mas, de imediato, a falência total, criando uma situação financeira, para nós, inaceitável.

E essa decisão política que tem de ser tomada é a mesma que permite, num quadro de espantoso económico,

manter, por exemplo, a decisão de construir os mesmíssimos estádios que se tinha pensado construir inicialmente, quando supostamente o cenário era diferente.

É essa a escolha e é nesse sentido que o Governo tem de pronunciar-se.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, o Sr. Secretário de Estado, para responder a uma pergunta concreta e muito precisa, procurou fazer aqui um exercício de condenação de práticas que considerou pouco sérias. E condenou já a pouco sérias dezenas de pessoas que subscreveram protocolos, que eram transparentes e claros e que colocavam uma condição — aliás, encontrará algumas fórmulas parecidas, se calhar, até na lei e não apenas nesses protocolos —, que era a de que os protocolos só se concretizariam se houvesse disponibilidade financeira.

Vozes do PSD: — É incrível!

O Orador: — É uma condição clara e as pessoas que os assinam, quando o fazem, sabem que ela lá está.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Vá dizer isso a eles!

O Orador: — Portanto, não pode acusar essas pessoas, sejam os beneficiários seja quem assina para dar o financiamento, de serem pouco sérias.

O que o Sr. Secretário de Estado devia ter explicado nesta Câmara era por que razão o Ministério da Administração Interna tinha inicialmente inscrito, em PIDDAC, para este ano, a verba de 48 milhões de euros e só vai executar 22 milhões de euros. É essa a razão fundamental por que não pode cumprir estes protocolos. Ou seja, a verba, se calhar, existia e estava prevista, havia...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Se calhar!...

O Orador: — Só que deixou de haver! E deixou de haver, porque os senhores, que tinham um PIDDAC de 48 milhões de euros, dizem que vão executar apenas um PIDDAC de 22 milhões de euros, ou seja, menos de 50%. Essa é que é a razão fundamental! Não é a seriedade ou a ausência de seriedade de quem assina os protocolos; é o facto de os senhores terem canalizado verba de investimento para despesas de funcionamento. É só essa a razão e não outra que o Sr. Secretário de Estado aqui queira inventar.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — E por que é que será?!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, quero colocar-lhe algumas questões, porque sinceramente há algo que me choca nesta questão.

Quem cumpriu a sua parte, quem, de facto, fez aquilo a que se comprometeu está, neste momento, na pior situação possível perante alguém que — e isso tem de ficar claro... Quando se diz que havia uma condição clara que era a de que só se houvesse verba é que se poderia cumprir o protocolo, também ninguém espera que quem é politicamente responsável celebre protocolos se tem a ideia de que essas verbas não vão ser disponibilizadas. Ninguém acredita que, quando se estão a celebrar, neste caso, 40 protocolos, o governo não fizesse a mínima ideia se havia ou não essa verba — se calhar, não fazia mesmo, mas não quero acreditar que não fizesse. Porém, se não fazia, é, mais uma vez, a prova da irresponsabilidade do Partido Socialista, mas não vou acreditar que assim fosse.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Havia a verba!

O Orador: — Portanto, em relação ao facto de haver ou não verba, quero perguntar-lhe, concretamente, Sr. Secretário de Estado, se tem informação sobre a taxa de execução do PIDDAC de 2001 relativo a esta matéria ou se pode dar-nos alguma informação que nos permita perceber exactamente o que é que podia ser feito.

Finalmente, Sr. Secretário de Estado, há uma questão que, para nós, é fundamental: o Estado tem de ser uma pessoa de bem. Mas tem de sê-lo quando celebra protocolos e quando cumpre os protocolos que celebrou.

Assim, o que queremos saber claramente, Sr. Secretário de Estado, é o que é que, neste momento, o Ministério da Administração Interna pode fazer, qual é a informação que pode dar às várias instituições com que foram celebrados protocolos.

Gostaria, por fim, que nos dissesse, ainda que a verdade seja de alguma forma dura, o que é possível fazer para limpar a imagem do Estado e para o Estado voltar a ser uma pessoa de bem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, registei as questões que me foram colocadas.

Quero começar por dizer, em resposta global às perguntas, porque, de alguma forma, parece que o actual Governo é que é réu e foi o causador do problema, que nós herdámos uma situação que é inqualificável.

Por exemplo, em 1999, foram celebrados 10 protocolos com associações de bombeiros voluntários, que, ainda hoje, não viram a sua obra iniciada, a saber: Brasfemes, Cantanhede, Castanheda de Pera, Crestuma, Ervedosa do Douro, Gonçalo, Loriga, Macedo de Cavaleiros, Mangualde e Torre de D. Chama. Em 1999, estas associações, em parcerias com as câmaras municipais e, através do GEPI,

com o Ministério da Administração Interna, celebraram protocolos, que, volvidos três anos, ainda não saíram do chamado projecto. Isto é que considero lamentável. E estou em condições de reafirmar perante a Câmara que, com este Governo, estas situações serão irrepetíveis. Ou seja, protocolos que venham a ser celebrados serão cumpridos e terão de obedecer a uma programação de verbas e temporal objectiva.

Não é possível celebrar mais protocolos que digam que o escalonamento anual estabelecido para a comparticipação é função das disponibilidades orçamentais do PIDDAC do Ministério da Administração Interna. Isto não é sério!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Houve informação prévia!

O **Orador**: — Dito isto, quero adiantar que, em relação à situação que herdámos, transitou o seguinte: é preciso salientar que a dotação relativa a 2002 foi absorvida em 21,7% para pagamentos de despesas de 2001. Portanto, o ano orçamental seguinte ia suprir as despesas do ano imediatamente anterior. É claro que isto gerou a situação actual, que é a de haver imensas associações de bombeiros a, com toda a legitimidade, reclamarem que o Estado não é capaz de cumprir pontualmente os pagamentos. É evidente que isto tem consequências que lamentamos, mas connosco não se celebrará mais nenhum protocolo nestes termos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Avaliada a situação, estamos, neste momento, a trabalhar um novo modelo de protocolo e esperamos que, no futuro, esses protocolos sejam celebrados com uma base mais objectiva e que não se assista a esta situação, que é a de haver associações de bombeiros, autarquias e populações, com expectativas legítimas e justas, a aguardarem três anos pelo início de obras. Isto é lamentável e tem de ser politicamente denunciado!

Quero, finalmente, dizer, anunciado que está esse novo modelo de protocolo, que o quadro é o quadro global que encontrámos no Estado e que, no Ministério da Administração Interna, se trata agora de passar a actuar com base em regras de gestão financeira de rigor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, antes de darmos por concluídos os nossos trabalhos, temos de votar um parecer da Comissão de Ética, que autoriza o Sr. Deputado Fausto Correia (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito do processo n.º 1743/00.4TACBR — 1.º Juízo Criminal da Vara Mista e Juízos Criminais de Coimbra.

Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar no dia 16, pelas 15 horas, tendo como ordem do dia a

discussão dos projectos de lei n.ºs 139/IX (PS) e 140/IX (PS).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Arménio dos Santos
Bernardino da Costa Pereira
Daniel Miguel Rebelo
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Assunção Andrade Esteves
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
António Luís Santos da Costa
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
José Apolinário Nunes Portada
José Carlos Correia Mota de Andrade
José da Conceição Saraiva
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel de Medeiros Ferreira
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Júlio Francisco Miranda Calha
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Paulo José Fernandes Pedrosa
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

Jaime José Matos da Gama

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Jorge Martins Pereira
Diogo de Sousa Almeida da Luz
Eduardo Artur Neves Moreira
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Henrique José Monteiro Chaves
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge José Varanda Pereira
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
José Manuel de Lemos Pavão
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins

Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
Fernando Ribeiro Moniz
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Amélia do Carmo Mota Santos
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Nelson da Cunha Correia
Teresa Maria Neto Venda

Partido Popular (CDS-PP):

Manuel de Almeida Cambra

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
José Honório Faria Gonçalves Novo

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,80
